

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

MEMÓRIAS E SABERES DE MULHERES QUILOMBOLAS: caminhos para a
formação profissional e tecnológica no Quilombo São José (Laranjal do Jari – AP/Brasil)

MACAPÁ - AP

2026

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

MEMÓRIAS E SABERES DE MULHERES QUILOMBOLAS: Caminhos para a
formação profissional e tecnológica no Quilombo São José (Laranjal do Jari – AP/Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Orientadora: Prof^ª. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello

MACAPÁ - AP

2026

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586m Silva, Diego Aparecido Belo Cabral da
 Memórias e saberes de mulheres quilombolas: caminhos para a formação
 profissional e tecnológica no Quilombo São José (Laranjal do Jari
 AP/Brasil) / Diego Aparecido Belo Cabral da Silva - Macapá, 2026.
 81 f.: il.

 Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Mestrado em Educação
 Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2026.

 Orientadora: Nubia Deborah Araújo Caramello.

 1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Comunidades quilombolas. 3.
 Saberes tradicionais. I. Caramello, Nubia Deborah Araújo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

MEMÓRIAS E SABERES DE MULHERES QUILOMBOLAS: Caminhos para a
formação profissional e tecnológica no Quilombo São José (Laranjal do Jari – AP/Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NUBIA DEBORAH ARAUJO CARMELLO**
Data: 24/08/2026 19:36:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARYELE FERREIRA CANTUÁRIA**
Data: 24/08/2026 16:17:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Maryele Ferreira Cantuária.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE RANGEL TAVARES**
Data: 20/04/2026 14:44:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Rangel Tavares

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Membro externo

Aprovado em: 23 de março de 2026.

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

PROJETO DE EXTENSÃO: Oficinas formativas para o fortalecimento do turismo de base comunitária no Quilombo São José – Vale do Jari (AP)

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NUBIA DEBORAH ARAUJO CARMELLO**
Data: 24/08/2026 19:36:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARYELE FERREIRA CANTUARIA**
Data: 24/08/2026 16:17:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dra. Maryele Ferreira Cantuária.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE RANGEL TAVARES**
Data: 20/04/2026 14:44:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Rangel Tavares

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Membro externo

Aprovado em: 23 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pela vida, pela força e pela oportunidade de chegar até aqui.

À minha mãe, Rosilene Belo, que me criou com muito esforço, dedicação e amor. Foi ela quem me ensinou, desde cedo, o valor do trabalho, da honestidade e da perseverança. Muito do que sou hoje vem da sua luta e do seu exemplo.

Também deixo aqui minha homenagem, in memoriam, à minha avó Eliza Belo e à minha bisavó Rosa Vinagre. Mulheres fortes que fazem parte da história da minha família e que, de alguma forma, seguem presentes na minha caminhada.

À minha esposa, Natália, pelo companheirismo de sempre, pela paciência nos momentos mais corridos e por acreditar em mim mesmo quando as coisas pareciam difíceis. À minha filha Isabella, que com sua alegria ilumina meus dias e me dá ainda mais motivos para seguir em frente.

À minha orientadora, Profa. Dra. Nubia Caramello, por toda a orientação ao longo desta pesquisa. Em muitos momentos eu mesmo duvidei que conseguiria chegar até aqui, mas ela nunca deixou de acreditar. Mesmo nas fases mais difíceis do trabalho, quando tudo parecia confuso, sempre esteve presente, ajudando a organizar as ideias e os caminhos com muita sensibilidade, calma e sabedoria. Sua orientação foi fundamental para que esta pesquisa se tornasse realidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelos conhecimentos compartilhados, pelas discussões e pelas reflexões que contribuíram muito para minha formação ao longo do curso.

Ao Instituto Federal do Amapá (IFAP), instituição da qual tenho orgulho de fazer parte e que também fez parte dessa trajetória de crescimento profissional e acadêmico.

À Comunidade Quilombola São José, em Laranjal do Jari, especialmente às mulheres da comunidade, que me receberam com respeito, confiança e generosidade. Este trabalho só foi possível graças à disposição de vocês em compartilhar suas histórias, saberes e experiências.

Aos meus colegas da turma do ProfEPT 2024, pelas trocas de ideias, pelas conversas, pelo apoio e por todos os momentos que compartilhamos durante essa caminhada.

Aos meus amigos da equipe cão, que muitas vezes brincavam e duvidavam das minhas ideias, mas que, no fundo, sempre estiveram por perto, apoiando de alguma forma e fazendo parte da minha trajetória.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

Esta dissertação teve como propósito investigar como os saberes tradicionais e as memórias das mulheres da Comunidade Quilombola São José podem ser integrados ao processo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), levando em consideração o turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento territorial, como temática geradora do diálogo, permitindo identificar, nas narrativas das mulheres quilombolas, elementos socioculturais e produtivos que evidenciam demandas formativas relacionadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC). alimentando uma pesquisa-ação, realizada dentro do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Macapá. A proposta parte da vivência do pesquisador no Vale do Jari, integração de atividades de pesquisa vinculada a Iniciativa Amazônia +10, e da atuação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do IFAP, que evidenciaram lacunas formativas em territórios tradicionais amazônicos, especialmente no que se refere ao protagonismo feminino e à gestão local dos recursos culturais e naturais. Metodologicamente possui uma abordagem quantiquantitativa de cunho etnográfico e participativo, realizado através da pesquisa-ação. A hipótese central é que o fortalecimento da autonomia socioproductiva das mulheres quilombolas, por meio de formações contextualizadas e participativas, pode contribuir significativamente para o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade da comunidade. Os resultados evidenciaram que as mulheres são as principais guardiãs da memória do território e que há um forte interesse em profissionalizar as atividades de recepção e produção local como alternativa de renda. Como produto educacional, desenvolveu-se um itinerário formativo, propondo quatro oficinas presenciais, desenhadas para transformar os achados acadêmicos em ferramentas de emancipação. O trabalho conclui que a EPT, ao dialogar com a sociobiodiversidade e os modos de vida tradicionais, cumpre seu papel social de promover um etnodesenvolvimento territorial sustentável e humano no Vale do Jari.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; mulheres quilombolas; etnodesenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation aimed to investigate how the traditional knowledge and memories of the women of the São José Quilombola Community can be integrated into the process of Professional and Technological Education (PTE), considering community-based tourism as a strategy for territorial development and as a theme capable of generating dialogue. This approach made it possible to identify, within the narratives of quilombola women, sociocultural and productive elements that reveal training demands related to Community-Based Tourism (CBT), thus informing an action research study conducted within the Professional and Technological Education Master's Program (PROFEPT) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP), Macapá Campus. The proposal stems from the researcher's experience in the Jari Valley, the integration of research activities linked to the Amazônia +10 Initiative, and work carried out within the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec) at IFAP. These experiences highlighted training gaps in traditional Amazonian territories, especially regarding women's protagonism and the local management of cultural and natural resources. Methodologically, the study adopts a mixed quantitative and qualitative approach with an ethnographic and participatory character, carried out through action research. The central hypothesis is that strengthening the socioproductive autonomy of quilombola women through contextualized and participatory training can significantly contribute to the ethnodevelopment and sustainability of the community. The results showed that women are the main guardians of the territory's memory and that there is strong interest in professionalizing reception activities and local production as an alternative source of income. As an educational product, a training pathway was developed, proposing four in-person workshops designed to transform academic findings into tools for empowerment. The study concludes that Professional and Technological Education, when engaging with sociobiodiversity and traditional ways of life, fulfills its social role in promoting sustainable and human territorial ethnodevelopment in the Jari Valley.

Keywords: Community-Based Tourism; quilombola women; ethnodevelopment

RESUMEN

Esta disertación tuvo como propósito investigar cómo los saberes tradicionales y las memorias de las mujeres de la Comunidad Quilombola São José pueden integrarse en el proceso de Educación Profesional y Tecnológica (EPT), considerando el turismo de base comunitaria como estrategia para el desarrollo territorial y como temática generadora de diálogo. Este enfoque permitió identificar, en las narrativas de las mujeres quilombolas, elementos socioculturales y productivos que evidencian demandas formativas relacionadas con el Turismo de Base Comunitaria (TBC), alimentando una investigación-acción desarrollada en el marco del Programa de Maestría en Educación Profesional y Tecnológica (PROFEPT) del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Amapá (IFAP), Campus Macapá. La propuesta parte de la experiencia del investigador en el Valle del Jari, de la integración de actividades de investigación vinculadas a la Iniciativa Amazônia +10 y de su actuación en el Programa Nacional de Acceso a la Educación Técnica y al Empleo (Pronatec) del IFAP. Estas experiencias evidenciaron vacíos formativos en territorios tradicionales amazónicos, especialmente en lo que se refiere al protagonismo femenino y a la gestión local de los recursos culturales y naturales. Metodológicamente, el estudio adopta un enfoque cuantitativo-cualitativo de carácter etnográfico y participativo, desarrollado mediante investigación-acción. La hipótesis central es que el fortalecimiento de la autonomía socioproductiva de las mujeres quilombolas, por medio de formaciones contextualizadas y participativas, puede contribuir significativamente al etnodesarrollo y a la sostenibilidad de la comunidad. Los resultados evidenciaron que las mujeres son las principales guardianas de la memoria del territorio y que existe un fuerte interés en profesionalizar las actividades de recepción y la producción local como alternativa de ingresos. Como producto educativo, se desarrolló un itinerario formativo que propone cuatro talleres presenciales, diseñados para transformar los hallazgos académicos en herramientas de emancipación. El trabajo concluye que la EPT, al dialogar con la sociobiodiversidad y los modos de vida tradicionales, cumple su papel social de promover un etnodesarrollo territorial sostenible y humano en el Valle del Jari.

Palabras clave: Turismo de base comunitaria; mujeres quilombolas; etnodesarrollo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Mapa da distribuição das Comunidades Quilombolas no Amapá.	20
Figura 2 - Mapa de localização da área de estudo.	27
Figura 3 - Comunidade Quilombola São José.	28
Figura 4 - Autodeclaração das mulheres da comunidade São José.	30
Figura 5 - Faixa etária das mulheres entrevistadas na comunidade São José.	31
Figura 6 - Nível de escolaridade das entrevistadas.	32
Figura 7 - Principais fontes de renda das entrevistadas.	33
Figura 8 - Percepção das mulheres quilombolas sobre os segmentos turísticos com potencial de desenvolvimento local.	35
Figura 9 - Produção da farinha de mandioca com participação do público.	37
Figura 10 - Produtos que as entrevistadas listam como comercializáveis para os turistas.	38
Figura 11 - Tipos de turismo citados pelas entrevistadas	42
Figura 12 - Eixos centrais das oficinas formativas.	46
Figura 13 - Pilares do itinerário formativo.	46
Figura 13 - Pilares do itinerário formativo.	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Oficinas formativas propostas.	44
Quadro 2 - Processo de Validação do Produto Educacional.	48
Quadro 3 - Estrutura do projeto.	48
Quadro 4 - Conteúdo previsto para a oficina formativa 1.	49
Quadro 5 - Conteúdo previsto para a oficina formativa 2.	50
Quadro 6 - Conteúdo previsto para a oficina formativa 3.	51
Quadro 7 - Conteúdo previsto para a oficina formativa 4.	51

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFs	Institutos Federais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROFEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
TBC	Turismo de Base Comunitária
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Memória, território e formação	18
2.2 Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia	20
2.3 Comunidade Tradicional Quilombola na Amazônia: Quilombo São José	22
2.4 Sustentabilidade e Desenvolvimento em Territórios Quilombolas Amazônicos	26
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 Local da pesquisa.....	31
3.2 Coleta de dados	32
3.3 Aspectos éticos	33
3.4 Análise de dados	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Perfil das mulheres entrevistadas	34
4.2 Percepção sobre o turismo na comunidade.....	37
4.3 Atividades cotidianas com potencial turístico.....	41
4.4 Memória, cultura e território como atrativos	42
4.5 Desafios e potencialidades para o TBC	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	56
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DA ENTREVISTA	74
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO	77

APRESENTAÇÃO

O presente estudo surge a partir de uma trajetória pessoal e profissional profundamente entrelaçada com os contextos amazônicos, especialmente com a região do Vale do Jari, onde vivi, trabalhei e desenvolvi ações ao longo de vários anos. Essa vivência direta me permitiu reconhecer de forma sensível as contradições presentes na região: apesar da presença de grandes empreendimentos industriais como a Empresa Jari Celulose, a mineradora CADAM S.A. e a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, que trouxeram formas específicas de desenvolvimento econômico, seus impactos socioambientais vêm provocando processos de degradação ambiental e exclusão social, sobretudo para as comunidades da floresta que se encontram na classificação de comunidades tradicionais que historicamente foram negligenciadas pelo Estado.

Nesse cenário, tornou-se evidente a necessidade de propor alternativas de desenvolvimento que se distanciam do modelo predatório e valorizem as potencialidades socioculturais e ambientais locais. As comunidades quilombolas, rurais e ribeirinhas da região, marcadas por uma rica ancestralidade e práticas sustentáveis, têm muito a contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento territorial que seja sustentável, justo e enraizado em saberes comunitários.

Este vínculo territorial proporcionou o convite para integrar atividades de pesquisa realizadas no âmbito da Iniciativa Amazônia +10, sob coordenação no Vale do Jari pela Doutora Nubia Deborah Araujo Caramello, docente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, que me escolheu e acolheu como orientando de 2024-2026. Integrando a partir de então três expedições científicas para levantamento de dados, ofertas de oficinas e dinâmicas coletivas de diálogo. Oportunizando compreender qual seria o tema gerador (Freire, 1993) a ser adotada para a construção de uma proposta de formação Profissional e Tecnológica.

Somam-se também, minha atuação junto ao Instituto Federal do Amapá (IFAP), em especial no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, me ajudou a aprofundar ainda mais essa percepção, pois ao acompanhar de perto os processos formativos voltados a mulheres de diferentes contextos, compreendi que aquelas oriundas de territórios não urbanos enfrentam ainda maiores desafios de acesso à formação técnica, cidadania e geração de renda. São mulheres que, apesar das adversidades, sustentam as dinâmicas de cuidado, produção e transmissão de saberes nas comunidades e, por isso, devem ser reconhecidas como protagonistas dos processos de transformação.

A escolha por desenvolver um produto educacional voltado à formação de mulheres da Comunidade Quilombola São José, situada no município de Laranjal do Jari (AP), fundamenta-se na compreensão de que a educação profissional e tecnológica, quando ancorada nos saberes locais e nas demandas históricas das populações tradicionais, pode contribuir significativamente para processos de emancipação política, cultural e econômica. O turismo, foi um tema constante e uma alternativa de implantação mediante os desafios da mudança climática (Caramello *et al.*, 2026a; Matos; Caramello; Carniatto, 2025).

Este projeto reconhece que as memórias, os modos de vida e as formas tradicionais de economia, tais como o extrativismo, o agroextrativismo, o turismo de base comunitária e a produção artesanal, são dimensões fundamentais para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no contexto amazônico. O desafio é construir estratégias de formação que articulem memória, pertencimento e protagonismo, promovendo o reconhecimento das comunidades como sujeitos de direitos e não apenas como objetos de políticas públicas pontuais.

A construção de um Projeto de Extensão, articulado ao Programa Empodera Mulher e com potencial de integração a cursos FIC e a parcerias interinstitucionais, propõe-se como resposta concreta a esses desafios. Trata-se de uma ação educativa que articula turismo de base comunitária, empreendedorismo solidário e valorização cultural, numa perspectiva de etnodesenvolvimento (Batalla, 1982; Souza *et al.*, 2021) e de sustentabilidade enraizada nos modos de vida tradicionais (Santos, 2004; Sahaidak, 2010) e na memória das mulheres que trazem a trajetória de saberes adquiridos, conquistados e as lacunas a serem preenchidas.

Assim, a formação se insere como um meio de transformação coletiva, conectando saberes, ativando memórias e construindo futuros a partir da escuta, da participação e do respeito à diversidade cultural e territorial da Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma política pública estratégica para a democratização do acesso à educação. Contudo, seu modelo está aquém das realidades socioterritoriais de comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas da região Amazônica.

Na região Amazônica, marcada por grandes distâncias geográficas, diversidade sociocultural e forte presença de povos e comunidades tradicionais, a simples ampliação da oferta educacional não garante que os processos formativos sejam significativos para os sujeitos que deles participam. A democratização do acesso não implica, necessariamente, permanência e êxito escolar, especialmente quando os currículos e as práticas pedagógicas permanecem desvinculados das formas locais de organização do trabalho, da cultura e das necessidades dos territórios (Souza; Cardoso; Sousa, 2025; Ramos; Cunha, 2020).

Nesse cenário, torna-se necessário repensar as práticas de formação profissional e tecnológica em contextos amazônicos, especialmente em territórios quilombolas fluviais de difícil acesso, onde persistem lacunas históricas relacionadas ao acesso, à permanência e à relevância das ofertas formativas.

No caso da Comunidade Quilombola São José, situada no município de Laranjal do Jari (AP/Brasil), as políticas públicas de educação técnica não têm dialogado de forma efetiva com as realidades socioterritoriais locais, como observado em dados primários do projeto Iniciativa Amazônia +10 desenvolvido na região (Caramello *et al.*, 2027), desconsiderando os saberes tradicionais, as formas próprias de organização comunitária e os processos históricos de resistência e reterritorialização (Soares, 2022; Souza; Silva; Oliveira, 2024).

Essa desconexão mostra que a construção de propostas formativas para comunidades quilombolas exige o reconhecimento de suas formas próprias de existência, organização social e produção de conhecimentos. Como reforça Silva (2021), as comunidades quilombolas, ao lutarem pelo direito ao território, também reivindicam o direito a um modo de vida sustentado por práticas culturais, memória coletiva e autonomia sobre seus espaços.

A identidade quilombola, portanto, não deve ser compreendida como um dado fixo ou essencialista, mas como uma construção histórica, social e política em constante reinvenção. Nesse processo, a memória assume papel central, pois permite que os sujeitos reelaborem e ressignifiquem suas experiências à luz das lutas por território, reconhecimento e pertencimento.

Para a autora,

Essa consciência do lugar a que foi destinado pela sociedade e a consequente determinação em mudar de lugar ou mudar este lugar nos são informadas pela memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta política e social por seus territórios (Silva, 2021, p. 16).

Trata-se, portanto, de uma identidade forjada na relação entre resistência, territorialidade e afirmação coletiva, construída no enfrentamento à colonialidade e à exclusão. Entretanto, embora esses processos de resistência estejam fortemente presentes na dinâmica comunitária, não se têm registros de consultas sobre demandas de formação profissional e tecnológica voltadas ao trabalho desejado para o empoderamento da comunidade, que considerem a relação com o meio vivido e as expectativas de desenvolvimento local (Caramello *et al.*, 2026a).

Diante desse contexto, a memória sensível, entendida como o conjunto de experiências vividas, narradas e transmitidas no interior da comunidade, surge como uma ferramenta fundamental para repensar as demandas de formação. As práticas cotidianas ligadas ao agroextrativismo, à pesca, à agricultura familiar e à organização comunitária expressam formas legítimas de conhecimento que podem e devem orientar a construção de propostas formativas contextualizadas, democráticas e culturalmente ancoradas (Custódio; Souza; Almeida, 2019; Souza; Silva; Oliveira, 2024).

Entre os sujeitos que protagonizam a preservação dessas memórias e saberes destacam-se as mulheres quilombolas, responsáveis pela conservação dos conhecimentos tradicionais, pela transmissão das memórias coletivas e pela execução de diversas atividades produtivas. Apesar desse protagonismo, essas mulheres ainda enfrentam profundas desigualdades no acesso à educação e à formação profissional, condição que limita suas possibilidades de inserção em iniciativas voltadas ao fortalecimento da autonomia econômica e do desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, a experiência da Comunidade Quilombola São José com projetos socioambientais apoiados pelo Fundo Iratapuru, aliada à manifestação de interesse das próprias comunidades tradicionais do Vale do Jari na implantação do Turismo de Base Comunitária como estratégia para enfrentar o turismo pirata, evidencia que a mobilização comunitária, quando apoiada nos saberes tradicionais e em processos de auto-organização, pode gerar transformações sociais significativas, ao mesmo tempo em que reafirma a identidade quilombola e fortalece a autonomia local (Sousa; Silva; Oliveira, 2024).

Assim, investigar o papel das memórias, em especial das mulheres, na reconfiguração da formação profissional e tecnológica representa não apenas uma demanda acadêmica, mas

também um compromisso ético e político com territórios e sujeitos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, esta pesquisa parte do entendimento de que as memórias das mulheres quilombolas constituem importante patrimônio sociocultural capaz de orientar processos formativos comprometidos com a valorização da identidade, da cultura e do território. Mais do que registros do passado, essas memórias expressam experiências de resistência, estratégias de organização coletiva e conhecimentos acumulados ao longo de gerações, que podem subsidiar propostas educativas alinhadas às necessidades e expectativas da comunidade.

Dessa forma, o problema que orienta esta investigação consiste em compreender como as memórias e os saberes tradicionais das mulheres da Comunidade Quilombola São José podem contribuir para a construção de propostas de Educação Profissional e Tecnológica voltadas ao fortalecimento do Turismo de Base Comunitária e ao desenvolvimento territorial.

Parte-se da hipótese de que as memórias sensíveis das mulheres quilombolas, ao expressarem experiências de resistência, vínculos territoriais e saberes tradicionais, podem contribuir significativamente para a construção de propostas formativas mais contextualizadas, participativas e comprometidas com o empoderamento feminino e o desenvolvimento local.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver um Itinerário Formativo Participativo voltado à capacitação de mulheres quilombolas da Comunidade São José para atuação no Turismo de Base Comunitária, tomando como ponto de partida suas memórias, práticas socioprodutivas e expectativas de formação coletiva. Os objetivos específicos são: levantar memórias e saberes tradicionais, identificar potencialidades locais relacionadas ao turismo comunitário e construir colaborativamente um guia formativo acessível que integre hospitalidade, empreendedorismo solidário, valorização cultural e legislação socioambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória, território e formação

A memória é um fenômeno fundamental para a constituição dos sujeitos e das sociedades, pois permite que experiências do passado sejam mobilizadas no presente para orientar identidades, ações e pertencimentos. Longe de ser apenas uma função psicológica individual, a memória é socialmente situada e relacional (Gondar, 2008; Santos, 2022).

Maurice Halbwachs foi um dos primeiros autores a sistematizar essa abordagem, ao afirmar que a memória se estrutura dentro de quadros sociais compartilhados, os quais conferem sentido às lembranças e delimitam aquilo que pode ou não ser lembrado. Segundo o autor, a memória individual não é autônoma, pois mesmo as recordações mais íntimas são atravessadas por estruturas coletivas como a linguagem, os costumes e os valores culturais (Halbwachs, 1990).

Para Gondar (2008), a memória individual é tradicionalmente associada à experiência subjetiva de um indivíduo é concebida como um fenômeno psicológico, ligado à recordação de eventos vividos e à interioridade da pessoa. A autora aponta que a psicologia, apesar de reconhecer uma função social da memória individual, como apontado por Janet *apud* Gondar (2008), ainda predomina a ideia de que ela é pessoal e privada. Essa concepção, por outro lado, ignora que a subjetividade é socialmente constituída. A memória individual só se forma na relação com o outro, ou seja, é sempre atravessada pelo social.

Essa ideia de memória individual atrelada coletivo está de acordo com a proposta de Halbwachs, ao apontar que:

[...] a memória individual [...] não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (Halbwachs, 2008, p. 36).

A memória individual, portanto, depende de referências externas fixadas socialmente, como a linguagem e os marcos culturais. Outro conceito importante no campo da memória é o de memória coletiva trazido por Halbwachs. Para o autor:

[...] A memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (Halbwachs, 1990, p. 36).

Nesse contexto, Halbwachs (1990) destaca a natureza social e simbólica da recordação. Pois, apesar de que cada sujeito tenha suas próprias experiências e lembranças, estas só adquirem sentido quando se articulam com os quadros coletivos que organizam o pensamento, como a linguagem, os valores, os costumes e os marcos culturais do grupo.

A memória coletiva, portanto, não se limita a reunir relatos pessoais, mas os reorganiza de acordo com a lógica do coletivo, moldando-os a partir de suas tradições e finalidades identitárias. Nesse processo, lembranças individuais, ao serem apropriadas socialmente, sofrem transformações: deixam de ser apenas vivências privadas para se converterem em narrativas compartilhadas, que sustentam o pertencimento e a coesão do grupo.

Diferentemente da memória social, que se institucionaliza por meio da escrita, dos arquivos, dos museus e das comemorações oficiais, a memória coletiva constitui-se nas práticas sociais, na oralidade e nas vivências compartilhadas entre os membros de um grupo, como observa Rodrigues (2017), ao destacar que a memória social tende à formalização e ao controle simbólico por parte das instituições, enquanto a memória coletiva preserva sentidos e experiências que emergem da dinâmica social e da tradição viva.

Gondar (2008) mostra que a memória social é muitas vezes entendida como mais objetiva ou duradoura que a coletiva, por seu suporte escrito ou material. Tal distinção, por outro lado, é artificial e problemática, pois as fronteiras entre escrita e oralidade, entre individual e coletivo, são permeáveis e atravessadas por relações sociais.

A articulação entre memória, território e processos formativos tem ganhado destaque em estudos que compreendem a educação como construção identitária situada (Hage; Costa; Silva, 2024; Santos, 2022). O campo da memória, ao ser compreendido como prática relacional e coletiva, permite pensar a formação de sujeitos para além da transmissão de conteúdos, envolvendo afetos, narrativas e experiências territorializadas (Gondar, 2008).

Lembrar não é apenas recordar fatos, mas posicionar-se no mundo, interpretar o passado à luz do presente e construir sentidos compartilhados (Garzón, 2015). Essa abordagem possibilita compreender que a formação subjetiva passa pelo reconhecimento da memória como espaço de elaboração crítica, sendo essencial para a constituição da identidade.

O território não é apenas um espaço físico, mas um lugar vivido, carregado de experiências e memórias (Santos, 2022). Para o autor, os espaços produzidos pelo trabalho humano são também depósitos simbólicos da história, da cultura e das relações sociais. Essa concepção reforça a ideia de que a formação de sujeitos, especialmente em territórios historicamente marginalizados e marcados por vínculos comunitários e saberes enraizados no

espaço vivido, como em comunidades tradicionais da região Amazônica, deve levar em conta o território como dimensão pedagógica, pois é nele que se enraízam as memórias coletivas, os modos de vida e os sentidos de pertencimento.

Nesse contexto, a formação docente tem se mostrado um campo fértil para a articulação entre memória, identidade e território. Hage, Costa e Silva (2024) mostram como experiências pedagógicas que valorizam os saberes tradicionais e a memória coletiva possibilitam uma formação situada, crítica e dialógica. O uso de metodologias como a cartografia social reafirma a educação como prática territorializada e política. Por outro lado, como demonstra Mosquera-Mosquera (2020), a ausência de políticas de memória nas escolas pode representar um apagamento simbólico das experiências de dor e resistência vividas por determinados grupos sociais.

A subjetividade contemporânea é atravessada por uma ética da rememoração, conceito que, segundo Garzón (2015), define a responsabilidade dos sujeitos com a memória do passado e com a transformação do presente. A autora propõe esse conceito de “subjetividade rememorante” para designar a experiência de sujeitos que, ao narrar sua memória, afirmam uma posição crítica e política. A educação, nesse sentido, não apenas acolhe a memória, mas se torna espaço de disputa de sentidos sobre o passado, promovendo o protagonismo dos sujeitos na leitura do mundo e de si mesmos.

2.2 Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sua origem no início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, as quais eram voltadas para a formação de mão de obra para as camadas populares, em um modelo fortemente marcado pela dualidade entre ensino técnico e ensino propedêutico (Lima *et al.*, 2023; Nunes; Magalhães, 2023).

Silva, Silva e Araújo (2024) apontam que durante décadas, a EPT esteve associada a uma lógica assistencialista e excludente, reservando a formação técnica para os setores menos favorecidos da sociedade, enquanto a formação científica e acadêmica era destinada às elites.

Esse modelo foi sendo gradualmente superado com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e posteriormente com a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada a partir da Lei nº 11.892, de 29 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008), a qual possibilitou o avanço da interiorização da EPT e seu alcance a territórios historicamente negligenciados.

A EPT desempenha um papel estratégico na formação dos sujeitos amazônicos, tendo em vista o cenário de desigualdades que historicamente marcam a região. Por outro lado, apesar da expansão da Rede Federal de Educação Profissional ter ampliado a presença de instituições nos interiores da Amazônia, persistem desafios estruturais significativos, como a precariedade da infraestrutura escolar, as grandes distâncias geográficas, a evasão estudantil e a ausência de políticas específicas voltadas às realidades socioterritoriais amazônicas (Consentino; Mariani, 2024; Paseto *et al.*, 2024).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a democratização do acesso não implica, necessariamente, permanência e êxito escolar. Estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica indicam que o ingresso dos estudantes precisa ser acompanhado por políticas institucionais, práticas pedagógicas e currículos capazes de responder às condições concretas de vida dos sujeitos (Souza; Cardoso; Sousa, 2025; Nunes; Bianato, 2024).

No contexto amazônico, essa questão torna-se ainda mais evidente, pois os processos formativos ocorrem em territórios marcados por grandes barreiras geográficas, distância dos grandes centros, diversidade sociocultural e modos próprios de organização do trabalho e da vida comunitária.

Dessa forma, quando os currículos da EPT não dialogam com essas realidades, corre-se o risco de reproduzir uma formação descontextualizada, pouco significativa para os estudantes e limitada em sua capacidade de promover permanência, êxito e desenvolvimento territorial (Ramos; Cunha, 2020). Nesse cenário, os Institutos Federais (IFs) se tornam protagonistas no processo de interiorização da educação técnica e tecnológica, promovendo o desenvolvimento regional (Oliveira; Santos, 2021).

No entanto, a consolidação dessa função formadora depende do reconhecimento da diversidade sociocultural dos territórios em que atuam. No caso da Amazônia, isso implica considerar não apenas as dimensões geográficas, mas também as relações comunitárias, os modos de vida ribeirinhos, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades tradicionais, rurais, dentre outras.

A presença da EPT em territórios com forte densidade sociocultural demanda uma ruptura com o tecnicismo historicamente enraizado no ensino profissional. Como defendem Rocha, Mansur e Prate (2024), a “formação integrada exige superar a lógica da fragmentação curricular e reconhecer os sujeitos em sua integralidade”.

Estudos de caso sobre o Instituto Federal do Pará (IFPA) *Campus Breves* (Oliveira; Santos, 2021) e a presença indígena no Instituto Federal do Amapá (IFAP) – *Campus Oiapoque* (Pereira, 2022) evidenciam que a formação técnica só se torna significativa quando se enraíza

nas demandas e nas lutas das comunidades locais. Em Breves, a atuação do IFPA contribuiu para a permanência dos jovens no território e para a valorização dos saberes da floresta. Já em Oiapoque, os estudantes indígenas enfrentam tensões entre os currículos instituídos e os conhecimentos tradicionais, evidenciando a necessidade de uma EPT que promova o diálogo intercultural e o reconhecimento da diferença (Pereira, 2022).

Consentino e Mariani (2024) argumentam que integrar os saberes e memórias, neste caso as memórias agroecológicas, dos estudantes ao currículo da Educação Profissional e Tecnológica pode fortalecer práticas formativas mais conectadas aos territórios. Para os autores, essa articulação entre agroecologia e EPT favorece o desenvolvimento sustentável nos âmbitos social, ambiental e econômico, aproximando a formação técnica da realidade vivida pelos discentes.

2.3 Comunidade Tradicional Quilombola na Amazônia: Quilombo São José

A origem dos quilombos no Brasil está profundamente enraizada nas estratégias de resistência ao sistema escravocrata colonial. Mais do que agrupamentos de fugitivos, os quilombos constituíram formas organizadas de vida baseadas na ancestralidade africana, nos laços coletivos e na construção de alternativas de sociabilidade e subsistência (Azevedo; Jagun, 2022).

A formação desses territórios é sustentada por saberes de matriz africana que, além de garantirem modos próprios de convivência, estruturam formas de resistência forjadas na experiência histórica da diáspora (Santana, 2023). Nesses espaços, a cultura material e simbólica herdada torna-se alicerce para a construção de vínculos identitários que dialogam com o passado e o presente, sempre mediadas pela memória e pela coletividade (Silva; Dias, 2020).

Historicamente, os quilombos e mocambos surgiram, sobretudo, como resultado das fugas de pessoas escravizadas. É nos engenhos e canaviais do Nordeste que se encontram os primeiros relatos dessas experiências de resistência coletiva, com registros documentais que remontam a 1575, na Bahia (Costa, 2019).

Sobre a origem da palavra, tem-se que:

Quilombo é provavelmente uma palavra originária dos povos de língua bantu (kilombo, traduzido em português como quilombo). Sua presença e significado no Brasil estão relacionados a alguns ramos desses povos bantu, cujos membros foram trazidos e escravizados para esta terra. São eles os Lunda, Ovimbundu, Mbundu,

Kongo, Imbangala e outros grupos, cujos territórios são divididos entre Angola e Zaire (Munanga, 1996, p. 12, tradução nossa).

Mais do que simples refúgios, essas formações constituíam estratégias de sobrevivência, afirmação e organização sociopolítica. “O quilombo surge, no Brasil, a partir desse movimento de resistência e da necessidade de buscar, no coletivo, uma aposta contra colonial que fortalecesse a luta diária pela própria condição de humanidade” (Azevedo; Jagum, 2024, p. 151).

Com o tempo, os termos mocambo e quilombo, de origem centro-africana, passaram a designar comunidades que abrigavam não apenas fugitivos, mas também modos próprios de viver em coletividade, com base em práticas solidárias e culturais de matriz africana. No Brasil, o termo quilombo passou a significar comunidades negras autônomas formadas por pessoas escravizadas fugitivas, expressão do enraizamento africano em solo americano (Silva; Souza, 2022).

Esses vínculos culturais e históricos foram mantidos e ressignificados pelas comunidades negras rurais ao longo do tempo. Como afirmam Silva e Souza (2022), “os vínculos com o território e os processos de luta e organização social, bem como as raízes da resistência ancestral africana, sempre estiveram presentes entre as comunidades negras rurais das Américas desde sua chegada forçada” (Silva; Souza, 2022, p. 113, tradução nossa).

Para essas comunidades, “terra e território, mesmo quando sobrepostos ao mundo urbano, têm outros significados e usos. Envolvem plantio, produção, formas de manifestação e expressão cultural, celebrações, espaços para o sagrado e manutenção de memórias ancestrais” (Silva; Souza, 2022, p. 113, tradução nossa).

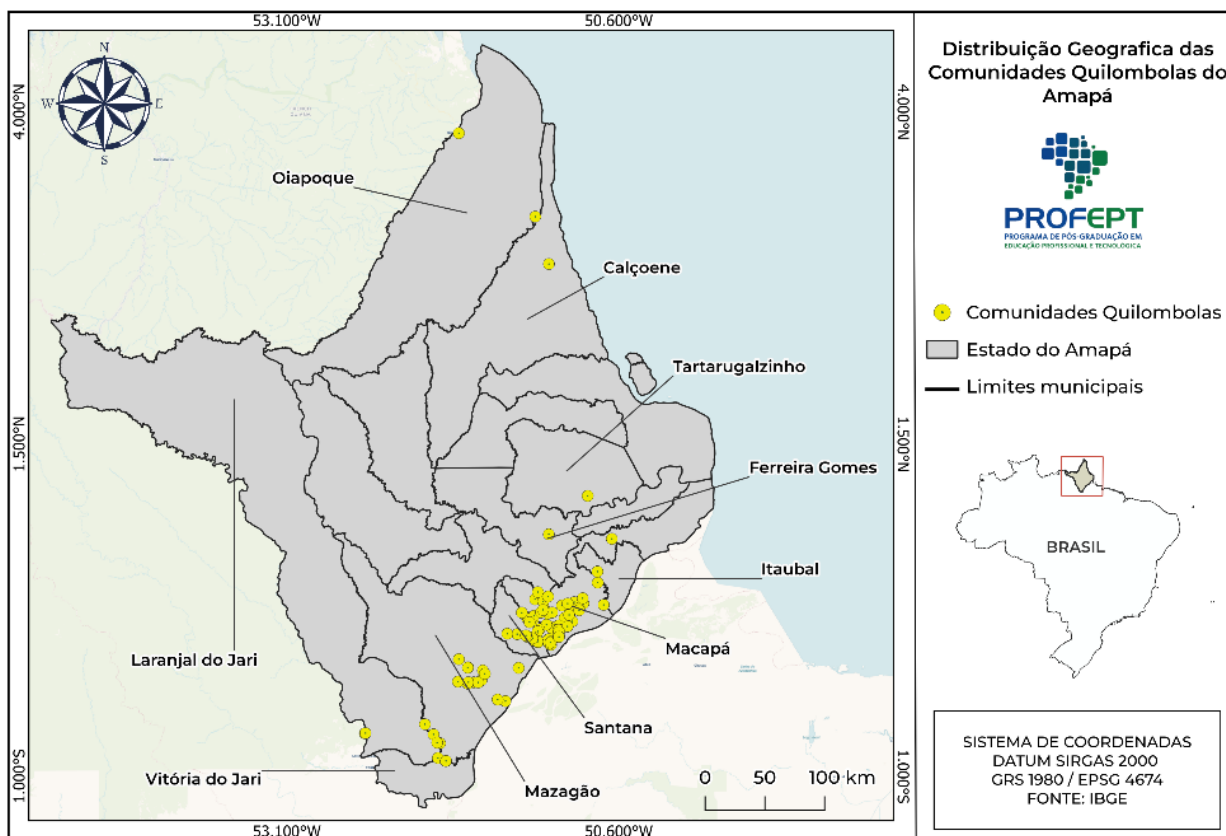
Contudo, a abolição formal da escravidão não significou o reconhecimento dos direitos desses povos. Como observam Cunha e Albano (2017), após a abolição, os quilombolas foram relegados ao esquecimento, voltando a ser reconhecidos apenas com a Constituição de 1988, sob a categoria jurídica de “comunidades remanescentes de quilombos”, o que impulsionou novas formas de organização política e a luta por direitos historicamente negados (Cunha; Albano, 2017, p. 154)

Costa (2019) observa que as regiões Norte e Nordeste concentram o maior número de comunidades quilombolas do país. Suas formas de resistência se manifestam nos rituais religiosos, nas festividades, nos modos tradicionais de cuidar da terra e nas práticas cotidianas que reatualizam constantemente a memória coletiva. Mesmo invisibilizadas por muito tempo, essas comunidades mantêm a identidade étnica como um eixo estruturante de sua organização social e de suas lutas por reconhecimento e direitos.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, o Brasil registra 8.441 localidades quilombolas, distribuídas em 7.666 comunidades autodeclaradas. A predominância dessas localidades nas regiões Nordeste (63,81%) e Norte (14,55%) revela a persistência das territorialidades negras nesses espaços. O Maranhão lidera o número absoluto de localidades, mas chama atenção também o estado do Amapá, cuja capital, Macapá, é a única entre as capitais brasileiras a figurar entre os 20 municípios com maior número de localidades quilombolas, com 56 registradas (IBGE, 2023).

A expressiva presença dessas comunidades no Amapá pode ser visualizada na Figura 1, que apresenta a distribuição geográfica das comunidades quilombolas no estado, com maior concentração nos municípios de Macapá, Mazagão e Santana.

Figura 1 – Mapa da distribuição das Comunidades Quilombolas no Amapá



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2023)

A formação dos quilombos na Amazônia deve ser compreendida como resultado de múltiplos processos de resistência, deslocamento e reterritorialização que remontam ao período colonial. No caso do Amapá, esses processos envolvem tanto a fuga de africanos escravizados quanto a migração de famílias negras que buscavam se estabelecer em áreas de difícil acesso, como margens de rios, igarapés e regiões de floresta densa, com o objetivo de garantir a

sobrevivência e a autonomia frente à violência estrutural do sistema escravista e à expansão colonial.

Segundo Custódio, Souza e Almeida (2019), as comunidades negras rurais da Amazônia foram historicamente constituídas por meio de dinâmicas de fuga, refúgio e rearticulação socioterritorial, especialmente em áreas fronteiriças, como a região do baixo Amazonas e a zona de contato com a Guiana Francesa.

Tais territórios quilombolas se tornaram espaços de liberdade construída, organizados por laços de parentesco, redes de troca, práticas produtivas compartilhadas e valores culturais próprios, consolidando-se como comunidades tradicionais profundamente ligadas à natureza e à ancestralidade (Custódio; Souza; Almeida, 2019).

No Amapá, os quilombos têm origem tanto em núcleos de escravizados fugidos quanto em famílias negras que se deslocaram voluntariamente, compondo um mosaico territorial marcado pela diversidade de origens e trajetórias. A escolha de locais isolados e de difícil acesso, como os rios Araguari, Pedreira e Jari, não foi apenas uma estratégia de sobrevivência, mas uma afirmação de um modo de vida fundado na autonomia, no uso comunitário dos recursos naturais e na transmissão oral de saberes (Superti; Silva, 2015).

As comunidades quilombolas do Amapá constituem uma expressão viva de resistência histórica e construção identitária, marcadas por formas diversas de ocupação do território, que vão desde fugas da escravidão até a fixação de grupos familiares em áreas isoladas (Soares, 2022).

A ocupação desses territórios não pode ser vista como um resíduo do passado, mas como um projeto coletivo de existência e resistência, atualizado pelas práticas cotidianas e pelas memórias vividas e sentidas (Terra; Dorsa, 2015). Nesse contexto, insere-se o quilombo São José.

Localizada às margens do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari (AP), a comunidade quilombola São José possui uma trajetória que antecede a fundação dos núcleos urbanos de Monte Dourado e do próprio Laranjal. Com mais de seis décadas de existência (Souza, Silva, Oliveira, 2024), a comunidade abriga atualmente cerca de 21 residências, cujas famílias mantêm vínculos profundos com o rio e a floresta, não apenas como fontes de sustento, mas como espaços de memória e identidade.

O acesso à comunidade se dá predominantemente por via fluvial, a partir de Laranjal do Jari, em um percurso de aproximadamente 20 km rio acima. Alternativamente, é possível chegar à localidade pelo Ramal do Retiro, um trecho terrestre de cerca de 28 km que parte da BR-156 (Lopes, 2019). O reconhecimento oficial como comunidade quilombola foi concedido em 2014,

por meio da certificação da Fundação Cultural Palmares (IPHAN, 2025) - marco que consolidou uma longa história de resistência e pertencimento territorial.

A base econômica da comunidade está centrada em práticas tradicionais como a pesca artesanal e o agroextrativismo, com destaque para a coleta da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), a extração de açaí (*Euterpe oleracea*) e o cultivo de mandioca (*Manihotesculenta*) (Oliveira, 2020). Essas atividades garantem tanto a subsistência quanto a segurança alimentar das famílias, promovendo uma autonomia produtiva que reduz a dependência de insumos externos e reafirma os modos de vida locais.

A instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari causou transformações profundas na organização territorial das comunidades ribeirinhas do Vale do Jari, entre elas o Quilombo São José. Conforme analisado por Brito e Drummond (2022), os impactos socioambientais ultrapassaram os limites físicos do reservatório, afetando diretamente as dinâmicas econômicas, culturais e afetivas das populações atingidas.

O deslocamento das famílias e a elevação do nível do rio comprometeram atividades tradicionais como a agropecuária e o extrativismo, além de provocar a perda de espaços de convivência comunitária e de referenciais simbólicos, fragmentando as memórias coletivas e desestruturando práticas ligadas à transmissão de saberes. Esse processo de desterritorialização impôs desafios significativos à reprodução dos modos de vida quilombolas e à manutenção da identidade cultural local.

Diante desse cenário, a reorganização política da comunidade por meio da Associação dos Moradores do Quilombo São José e o acesso a editais de fomento do Fundo Iratapuru revelam um movimento de reterritorialização baseado na reconstrução da autonomia. A execução de projetos socioambientais voltados à formação técnica, à educação ambiental, ao manejo sustentável e ao empreendedorismo local demonstram estratégias comunitárias para enfrentar lacunas históricas de formação profissional e tecnológica (Sousa, Silva, Oliveira, 2024).

2.4 Sustentabilidade e Desenvolvimento em Territórios Quilombolas Amazônicos

Nos territórios quilombolas amazônicos, o debate sobre desenvolvimento sustentável exige um olhar que vá além das abordagens economicistas e reconheça a centralidade da cultura, da memória e da autonomia territorial como fundamentos da vida coletiva. O turismo de base comunitária (TBC), quando planejado com protagonismo local, pode configurar-se

como uma estratégia legítima de etnodesenvolvimento, na medida em que articula renda, identidade e conservação ambiental.

O conceito de etnodesenvolvimento, segundo Batalla (1982), refere-se:

Ao exercício da capacidade social de um povo para construir seu futuro, aproveitando para isso os ensinamentos de sua experiência histórica e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que se define segundo seus próprios valores e aspirações (Batalla, 1982, p. 133, tradução nossa).

A partir dessa concepção, Souza *et al.* (2021) argumentam que o etnodesenvolvimento se estabelece como uma estratégia de fortalecimento da autonomia política e econômica de comunidades tradicionais, priorizando os processos autogeridos, ancorados nos saberes ancestrais e no reconhecimento da diversidade cultural. Para os autores, trata-se de uma via de desenvolvimento que rompe com a lógica impositiva do Estado e do mercado, promovendo alternativas que valorizam a identidade coletiva, a oralidade, o território e os modos próprios de organização.

De igual modo, Oliveira, Richter e Folgaça (2024) ressaltam que o turismo de base comunitária, quando articulado ao etnodesenvolvimento, constitui uma prática emancipatória, visto que favorece a construção de estratégias locais de resistência, circulação de saberes e geração de renda, respeitando as territorialidades e os projetos de vida das comunidades.

O TBC não deve ser apenas uma ferramenta econômica, mas uma experiência que reafirma a dignidade cultural e política dos povos tradicionais, além de oferecer possibilidades de desenvolvimento que dialogam com seus valores, práticas e aspirações (Oliveira; Richter; Folgaça, 2024).

Nesse contexto, destaca-se o papel das mulheres quilombolas como lideranças ativas na mediação entre saberes, na transmissão da memória e na condução de processos formativos que fortalecem a coletividade. A formação política e social das mulheres, muitas vezes associada à prática educativa comunitária e à organização autônoma, tem se revelado um dos pilares para a sustentabilidade de experiências de TBC e para o avanço de uma perspectiva de etnodesenvolvimento enraizada na realidade local. São elas, em muitos casos, que mobilizam redes de apoio, articulam parcerias e promovem ações de valorização cultural, contribuindo de forma decisiva para o enraizamento territorial e a gestão comunitária do turismo.

Assim, o etnodesenvolvimento, no contexto do TBC, não é apenas uma resposta às limitações do modelo capitalista de desenvolvimento. Ele se expressa como uma alternativa baseada na interculturalidade, na reciprocidade e na convivência com o território, permitindo

às comunidades negras quilombolas não só resistirem, mas também florescerem a partir de seus próprios referenciais culturais e ecológicos (Souza *et al.*, 2021).

As comunidades quilombolas carregam uma cultura enraizada nas matrizes africanas, que ao longo do tempo foram influenciadas por outras expressões e, ao mesmo tempo, as influenciaram (Sahaidak, 2010). Essa riqueza cultural se manifesta em práticas do cotidiano como a religiosidade, a medicina tradicional, o uso de objetos artesanais, os modos de cultivo, a produção alimentar, a música, a dança e a relação simbólica com o território. Como observa Sahaidak (2010), essas manifestações podem ser incorporadas de forma respeitosa ao turismo cultural, desde que a comunidade esteja no centro da decisão e da gestão.

No contexto do Quilombo São José, a articulação entre turismo de base comunitária e etnodesenvolvimento encontra fundamento tanto nas expressões culturais cotidianas da comunidade quanto no valor simbólico e paisagístico de seu território, com destaque para a cachoeira de Santo Antônio do Jari, reconhecida como um importante atrativo de potencial turístico (Young; Castro, 2023).

No entanto, a carência de infraestrutura adequada, como meios de hospedagem, serviços de alimentação e acessos viários, limita a efetivação dessa atividade, evidenciando entraves semelhantes aos observados em outras comunidades quilombolas, onde o turismo é identificado como possibilidade, mas carece de condições estruturais e organizativas para se consolidar (Arruda; Gonçalves, 2018). Como alertam Faria e Almeida (2020), é fundamental que a introdução de qualquer iniciativa turística ocorra com diálogo amplo, formação adequada e participação comunitária para evitar impactos socioambientais e conflitos de interesse.

A experiência do Quilombo do Cumbe, no Ceará, exemplifica como o turismo comunitário pode funcionar como prática de resistência e reterritorialização. Para Souza e Santos (2024), o TBC, implementado nesse território, contribuiu para a reconstrução do vínculo com ele, promovendo, além de renda, reconhecimento cultural, fortalecimento político e afirmação identitária. Os roteiros turísticos foram elaborados de forma coletiva, com base na oralidade, nos saberes locais e no protagonismo das famílias envolvidas, demonstrando que o turismo pode ser uma ferramenta de gestão do próprio território.

Nesse sentido, Oppliger e Oliveira (2022) destacam que o planejamento participativo, o diagnóstico sensível e o mapeamento cultural são etapas essenciais para garantir que o turismo não se transforme em instrumento de mercantilização da cultura. A escuta ativa e a valorização dos modos de vida devem preceder qualquer proposta de intervenção.

Moreira e Ferreira (2024) reforçam que, na Amazônia, a formação técnica e política é indispensável para que as comunidades tradicionais possam assumir com autonomia a gestão

dos processos de desenvolvimento. Isso inclui o fortalecimento de parcerias com instituições públicas de ensino, como o *campus* do IFAP em Laranjal do Jari, que pode atuar como ponte entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos locais.

Portanto, pensar o turismo no Quilombo São José implica reconhecê-lo não apenas como uma fonte de renda alternativa, mas como uma via de afirmação política, cultural e ambiental. Trata-se de um processo que deve ser construído em conjunto com a comunidade, respeitando seus tempos, prioridades e formas de organização, e que articule políticas públicas, apoio institucional e estratégias de formação territorializada.

3 METODOLOGIA

Este estudo integra o macroprojeto da Iniciativa Amazônia + 10 que tem como objetivo desenvolver a ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal (Caramello *et al.*, 2027). A vertente da pesquisa aqui desenvolvida adota uma abordagem quantiquantitativa, com ênfase no caráter etnográfico e participativo, fundamentando-se na escuta sensível dos sujeitos da comunidade e na valorização de seus saberes tradicionais.

A pesquisa combina técnicas qualitativas, como observação participante, escuta ativa e registro de narrativas, com instrumentos quantitativos, a exemplo de formulários estruturados aplicados no campo, que possibilitam a sistematização de dados sociodemográficos e culturais. Alimentando uma pesquisa-ação, que adota ainda o diálogo como um instrumento de pesquisa.

A pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 62), “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Esse tipo de abordagem possibilita tanto a compreensão quanto a interpretação dos fenômenos sociais, considerando os significados que os sujeitos atribuem às suas práticas, o que, por sua vez, exige do pesquisador uma postura hermenêutica (Gonsalves, 2003, p. 68). A pesquisa quantitativa, por sua vez, é “apropriada para medir tanto as opiniões, quanto às atitudes e preferências como comportamentos” (Zanella, 2013, p. 96).

A opção pela etnografia justifica-se por sua capacidade de acessar o ponto de vista dos sujeitos e seus sistemas simbólicos, por meio da imersão do pesquisador no cotidiano da comunidade, da escuta ativa e da observação participante (Mattos, 2011). Para a autora, a etnografia busca uma análise holística e dialética da cultura, compreendendo-a como um sistema de significados construído nas interações sociais, e não apenas como reflexo de estruturas macro.

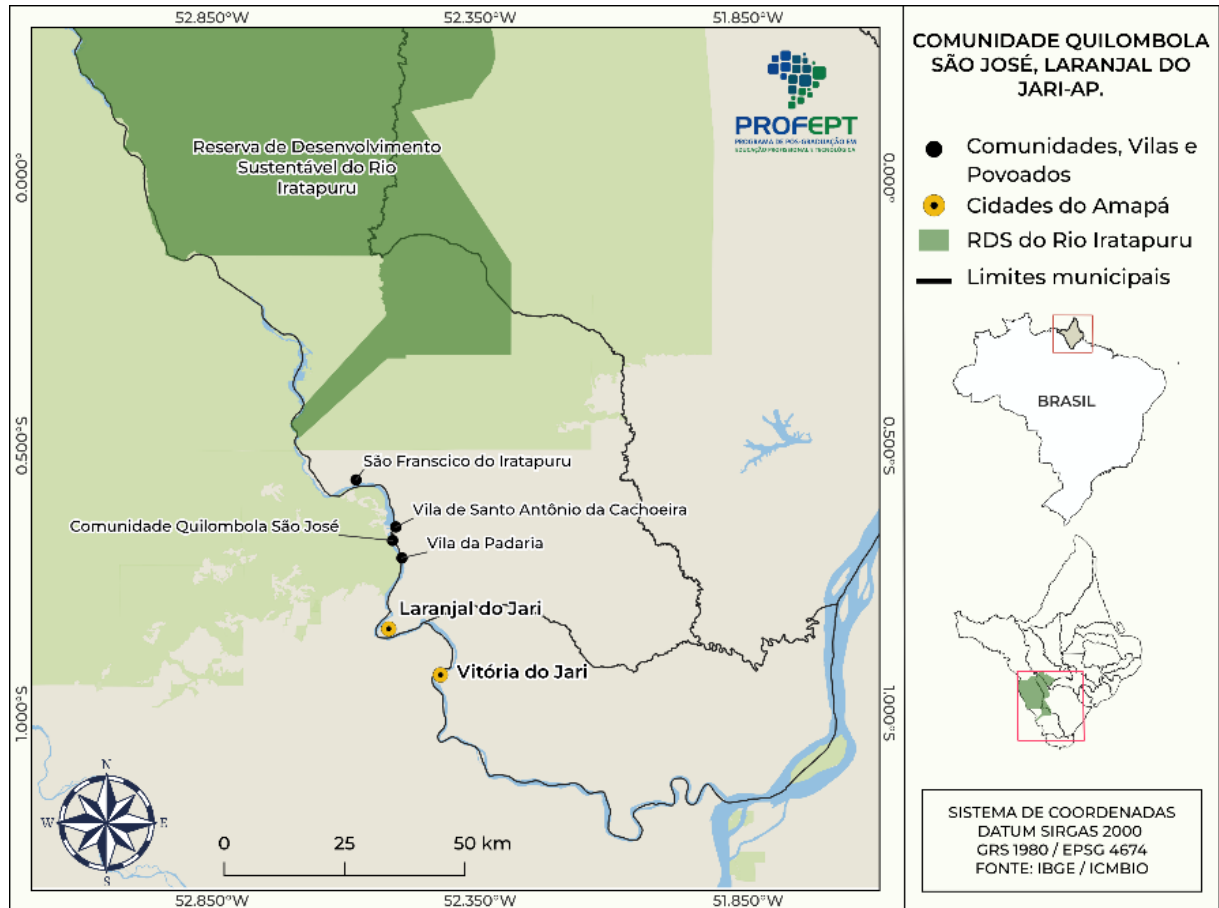
Nesse sentido, a pesquisa adquire caráter etnográfico ao: fundamentar-se na escuta sensível e na convivência com o grupo investigado; valorizar os saberes locais e os sentidos atribuídos à experiência vivida; assumir um compromisso com a transformação social, territorial ou cultural, construída em diálogo com os sujeitos do território.

Como destaca Mattos (2011, p. 50), “[...] a etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo da pesquisa qualitativa [...] por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais”.

3.1 Local da pesquisa

O estudo foi desenvolvido na Comunidade Quilombola São José, localizada às margens do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2023)

Trata-se de uma comunidade tradicional que possui uma história anterior à fundação dos núcleos urbanos da região e cuja trajetória está profundamente vinculada ao território, à floresta e ao rio (Figura 3). Localizada à margem esquerda do Rio, a comunidade está a aproximadamente 30 km da sede municipal (Mattos; Caramello; Carniatto, 2025).

Figura 3 - Comunidade Quilombola São José



Fonte: Acervo dos autores (2025)

O acesso à comunidade se dá predominantemente por via fluvial (cerca de 20 km de Laranjal) ou terrestre (28 km pela BR-156, via Ramal do Retiro). A comunidade foi certificada oficialmente como quilombola em 2014 pela Fundação Cultural Palmares e conta com um total de 22 residências (Mattos; Caramello; Carniatto, 2025).

3.2 Coleta de dados

Os dados em campo foram coletados a partir de formulário semiestruturado contendo questões abertas e fechadas, o qual permitiu combinar a sistematização de dados socioeconômicos e culturais com a expressão subjetiva das moradoras sobre temas como memória, identidade, território, turismo de base comunitária, infraestrutura e conhecimento técnico-tradicional.

O formulário foi estruturado em blocos temáticos, elaborado no *Google Forms* e impresso para aplicação presencial, contemplando sete grandes eixos (Apêndice): i) dados pessoais e composição familiar; ii) identidade coletiva e perspectivas sobre o turismo; iii) oferta de bens e serviços comunitários; iv) formação técnica; v) infraestrutura e comunicação; vi) atividades culturais e relação com o território; vii) aspectos legais e gestão territorial.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de abril e novembro de 2025, com apoio da Associação de Moradores do Quilombo São José e de professores parceiros do projeto de extensão vinculado à Iniciativa Amazônia +10. Os instrumentos foram direcionados aos moradores ou responsáveis pelas 22 residências existentes na comunidade, não havendo definição prévia quanto ao gênero da pessoa entrevistada.

Assim, os questionários foram aplicados conforme a disponibilidade dos moradores no momento da visita ou por indicação dos próprios residentes. Contudo, considerando os objetivos desta pesquisa e o enfoque voltado ao protagonismo feminino no Turismo de Base Comunitária, optou-se por realizar um recorte analítico específico das entrevistas realizadas com mulheres, totalizando 11 participantes. Tal delimitação buscou aprofundar a compreensão sobre os saberes, memórias, práticas culturais e demandas formativas femininas no contexto quilombola investigado.

3.3 Aspectos éticos

A pesquisa seguiu as recomendações do Comitê de Ética em pesquisa (CEP) Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 e Resolução nº 446, de 12 de dezembro de 2012 (CEP 2012; 2016), sendo analisada e com parecer de aprovação pelo Comitê de Ética de nº 6.189.379, com vigência de 2023 a 2026.

3.4 Análise de dados

Os dados coletados por meio de entrevistas aplicadas à Comunidade Quilombola São José foram organizados e sistematizados de forma a contemplar tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos do estudo. As informações de natureza quantitativa serão compiladas no programa Microsoft Excel, pertencente ao pacote *Office* da *Microsoft Corporation*, permitindo a tabulação das frequências absolutas e relativas, bem como a elaboração de gráficos e quadros demonstrativos.

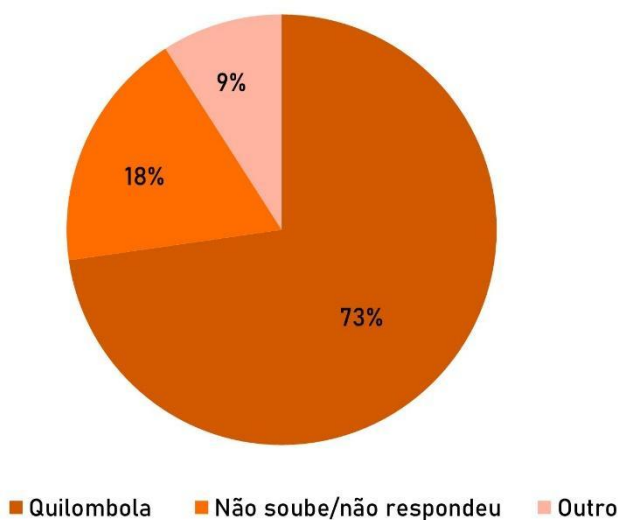
Já os dados de caráter qualitativo, provenientes das respostas abertas e observações de campo, foram organizados no programa Microsoft Word, também integrante do pacote *Office*. Para interpretação desses dados será utilizada a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico complementar à análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil das mulheres entrevistadas

O grupo de estudo foi composto por 11 mulheres (identificadas como Entrevistadas 1 a 11). Quanto à autodeclaração territorial, a maioria expressiva das participantes (73%) identifica o local onde reside como uma comunidade quilombola. O restante da amostra dividiu-se entre aquelas que não souberam precisar a tipologia da comunidade e as que a classificaram em outras categorias, conforme detalhado na figura 4.

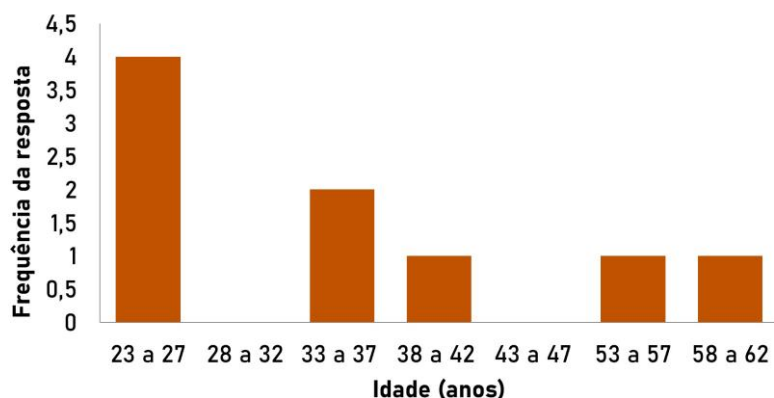
Figura 4 - Autodeclaração das mulheres da comunidade São José



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

No que tange à estrutura etária, os dados indicam um cenário de transição e continuidade: 55% das participantes (6 entrevistadas) são jovens na faixa de 23 a 27 anos, enquanto 45% (5 entrevistadas) situam-se em uma faixa de maturidade que compreende dos 32 aos 62 anos (Figura 5).

Figura 5 - Faixa etária das mulheres entrevistadas na comunidade São José

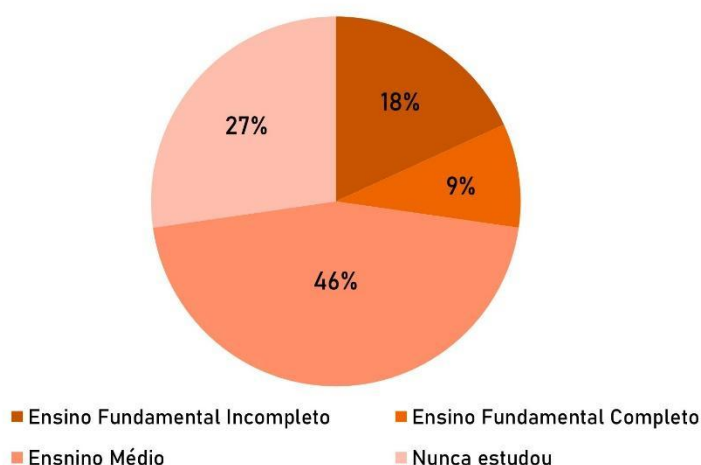


Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A presença de mulheres na comunidade com esse perfil etário é um ponto estratégico para o território, pois demonstra que as mulheres jovens têm interesse em permanecer na comunidade. Para o TBC, essa colaboração entre essas diferentes gerações é fundamental, pois enquanto as mais velhas atuam como guardiãs da memória e dos saberes tradicionais, como o domínio da casa de farinha e o conhecimento das trilhas de extrativismo, as mais jovens trazem o potencial de inovação e facilidade com ferramentas de gestão e comunicação.

O nível de escolaridade da maioria é o ensino médio completo (46%), seguido das que nunca estudaram (em torno de 27%) e as que têm ensino fundamental completo e incompleto (9% e 18%, respectivamente) (Figura 6).

Figura 6 - Nível de escolaridade das entrevistadas

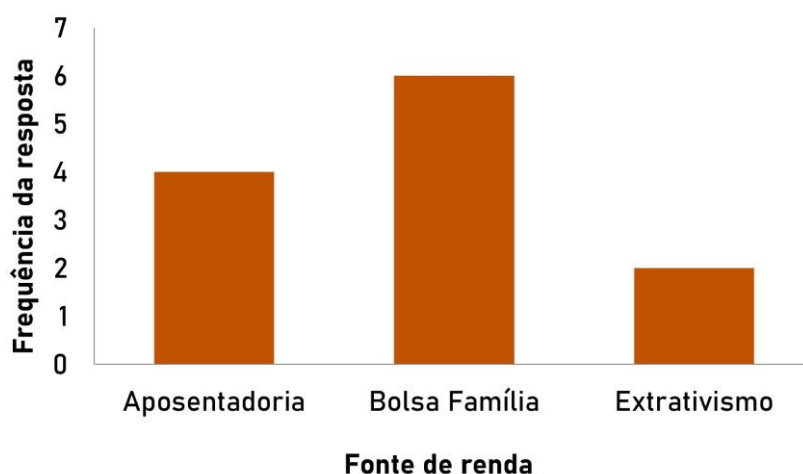


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A predominância do Ensino Médio completo reflete um nível de instrução que favorece a implementação de processos formativos mais densos. Esse dado valida a viabilidade do Guia Formativo proposto nesta pesquisa, uma vez que o público-alvo possui base de leitura e interpretação necessária para dialogar com conteúdo técnicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sem que isso signifique o abandono dos saberes ancestrais.

Em relação às fontes de renda das entrevistadas, observa-se, conforme apresentado na figura 7, a predominância do Programa Bolsa Família como principal meio de subsistência, revelando a dependência significativa de políticas de transferência de renda no contexto da comunidade. Em seguida, destaca-se a aposentadoria, indicando a presença de rendimentos vinculados à seguridade social. Por outro lado, o extrativismo, associado sobretudo à “*venda da castanha*”, aparece como a principal fonte de renda para apenas duas entre as entrevistadas.

Figura 7 - Principais fontes de renda das entrevistadas



Fonte: elaborado pelos autores (2026)

A partir das entrevistas, observou-se uma baixa inserção das atividades produtivas tradicionais como base econômica regular, o que reforça a vulnerabilidade socioeconômica das mulheres dentro da comunidade. Por outro lado, o interesse delas pela atividade turística, como observado nas falas coletadas, revela o desejo de transformar o trabalho cotidiano e a identidade quilombola em ativos que gerem autonomia financeira, além de fortalecer o protagonismo feminino no território. Essas colocações estão alinhadas ao conceito de turismo de base comunitária (TBC).

Para Arruda e Gonçalves (2018), o TBC, quando bem conduzido, constitui uma ferramenta de valorização da cultura local e fortalecimento das economias solidárias, especialmente se pautado pela participação ativa das mulheres. Para os autores, o protagonismo

feminino nas práticas turísticas comunitárias não apenas promove a autonomia econômica, mas também ressignifica o papel da mulher como guardiã da memória, da identidade e da sustentabilidade territorial.

4.2 Percepção sobre o turismo na comunidade

Outro ponto importante analisado foi a percepção das mulheres da comunidade a respeito das atividades relacionadas ao turismo. Elas demonstram uma compreensão significativa do turismo como alternativa viável de geração de renda, valorização da cultura local e reconhecimento da identidade quilombola. Essa percepção é confirmada pela unanimidade das 11 entrevistadas (100%), que manifestaram o desejo de implementar a atividade turística no território.

Ao serem questionadas sobre os motivos para a implantação do turismo, as respostas convergem para a autonomia. Algumas das participantes reforçam a dimensão coletiva, afirmando que a atividade serve para “*aumentar a renda da comunidade*” (Entrevistada 02), “*reconhecimento da comunidade quilombola e geração de renda*” (Entrevistada 04) e “*por conta de haver troca de conhecimento entre o turista e a comunidade*” (Entrevistada 03).

Essas falas indicam que o desejo de inserção econômica está intimamente ligado à autoafirmação identitária, ou seja, as mulheres veem o turismo não apenas como um meio de sobrevivência financeira, mas como estratégia de visibilidade e empoderamento coletivo. O estudo de Vieira *et al.* (2022) reforça essa perspectiva ao mostrar como o protagonismo feminino nas comunidades de Betânia e Travosa (MA) tem sido decisivo para a consolidação de empreendimentos turísticos enraizados em saberes e práticas locais.

As mulheres, atuando como gestoras de pousadas e restaurantes, transformaram experiências de vida em serviços turísticos, ampliando a renda e fortalecendo os laços comunitários (Vieira *et al.*, 2022). Isso está diretamente relacionado à realidade observada em São José, onde as entrevistadas expressaram interesse em transformar seu cotidiano em atrativos, com o desejo explícito de que isso gere autonomia financeira e fortalecimento identitário.

Quando questionadas sobre os atrativos que poderiam ser explorados na comunidade, eles mencionaram acachoeira Santo Antônio do Jari, as trilhas ecológicas, os rituais religiosos e festas tradicionais, a culinária local, bem como as atividades produtivas, como o cultivo da mandioca, produção de farinha e a coleta da castanha-do-brasil. Arruda (2018), enfatiza que o turismo em territórios negros e quilombolas não pode ser pensado apenas em termos

econômicos, mas como ferramenta de valorização da memória e da luta por reconhecimento. Quando as mulheres da comunidade apontam os elementos de sua cultura como potenciais turísticos, estão também reivindicando visibilidade e legitimidade, em consonância com uma perspectiva de turismo como prática política e educativa.

Em relação ao tipo de turismo que gostariam de ofertar, as respostas apontam fortemente para práticas ligadas ao turismo cultural, ecológico e de base comunitária, alinhadas com a vivência cotidiana e os saberes tradicionais da comunidade. Neste sentido, foi possível identificar diferentes expectativas e vocações locais associadas à valorização do território, da natureza e da cultura quilombola. A partir das falas, realizou-se uma classificação das propostas em segmentos, conforme as tipologias definidas pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2010),

O turismo ganha dimensões diferenciadas ao longo dos anos, sendo influenciado na Amazônia por ofertar a paisagem e a cultura como produtos turísticos, o que também ocorre em vários países, entre eles Portugal (Costa; Santos, 2018). Amplia-se na Amazônia a oferta de um turismo local de base familiar em áreas preservadas e protegidas (Mendonça – Neto, 2024). Na comunidade já há iniciativas que podem se estabelecer como produtos turísticos, entre elas estão as festas e torneios que atraem um público considerado de acordo com Silva *et al.* (2026). Essa experiência pode ter sido responsável pela expressão unânime entre as mulheres, o desejo de implantar o turismo no Quilombo São José, motivado por razões que vão além do interesse econômico.

Para elas, a atividade é percebida como uma ferramenta de reconhecimento da comunidade e troca de saberes. O ecoturismo desponta como o segmento de maior potencial, seguido pelo turismo cultural (Figura 8). Identificou-se 4 categorias: o Rio, a Floresta, os Saberes Culturais e as Definições, as conexões e estratégias de oferta apresentadas, nos leva a identificar que a comunidade propõe a desenvolver o Turismo de Base Comunitária (Irving, 2009).

Figura 8 - Percepção das mulheres quilombolas sobre os segmentos turísticos com potencial de desenvolvimento local



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

A compreensão das mulheres da comunidade quilombola São José aponta o ecoturismo como o segmento de maior potencial local, fundamentado na valorização dos recursos naturais e da paisagem. Elementos como a Cachoeira de Santo Antônio do Jari, as trilhas pela floresta e os passeios por rios e igarapés foram elencados como os principais ativos ambientais.

Complementarmente, identificou-se o turismo cultural, o qual está alicerçado em tradições, narrativas históricas e na produção artesanal. Neste, as mulheres apontam a gastronomia local, a culinária tradicional, como produto turístico, além de vetor de hospitalidade e preservação de saberes; e o agroturismo, focado na vivência do modo de vida rural e nas práticas agrícolas, como a colheita da mandioca, a produção de farinha e o extrativismo da castanha-do-brasil.

Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta-se como uma alternativa robusta e sustentável ao modelo de turismo de massa convencional, frequentemente predatório em territórios sensíveis, garantindo que a comunidade preserve o controle sobre seus ativos culturais e naturais (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Ao justificarem a necessidade da atividade turística, os relatos das entrevistadas convergem para a busca por autonomia e empoderamento coletivo. Falas que enfatizam a "geração de renda" aliada ao "reconhecimento da comunidade" indicam que o interesse econômico está intrinsecamente ligado à autoafirmação identitária.

Para além de uma simples transação mercantil, o TBC no quilombo deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica de inclusão e justiça social, e não apenas como

um negócio (Irving, 2009). Esse desejo de inserção produtiva situa o Quilombo São José em um movimento histórico de resistência na América Latina, onde comunidades tradicionais utilizam o turismo para salvaguardar suas identidades e territórios frente às pressões externas (Maldonado, 2009).

A indicação de atrativos como a Cachoeira Santo Antônio do Jari, trilhas ecológicas, rituais religiosos e processos produtivos demonstra uma proposta de turismo de experiência. A busca por autonomia financeira, manifestada em contraste com a dependência de auxílios governamentais (como o Bolsa Família), reforça que o turismo comunitário pode atuar diretamente no combate à exclusão social e na mitigação da vulnerabilidade econômica (Coriolano, 2009).

Assim, ao sugerirem entre a oferta de bens e serviços turísticos (Costa; Santos, 2018) que o visitante deve "conhecer o local onde coletam a castanha", "integrar o cultivo e colheita da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e participar da produção da farinha" (Figura 10), as mulheres propõem um modelo de lazer pedagógico, onde o trabalho coletivo e a memória sensível tornam-se o fio condutor da interpretação ambiental e cultural no Vale do Jari.

Figura 9 - Produção da farinha de mandioca com participação do público



Fonte: Banco de dados do projeto (2025)

Essa integração de saberes e práticas é característica do TBC em territórios amazônicos, conforme apontam Arruda (2018) e Vieira (2022), ao destacarem que o protagonismo local é o principal elemento estruturante de roteiros turísticos que promovem vivências significativas,

ancoradas na biodiversidade, na oralidade e nas práticas produtivas. Para Seabra (2012) o turismo em áreas protegidas composto por comunidades locais, podem ampliar oportunidades de renda, como também a oportunidade.

Dessa forma, o turismo em territórios negros e quilombolas não pode ser pensado apenas em termos econômicos, mas como ferramenta de valorização da memória e da luta por reconhecimento (Arruda, 2018).

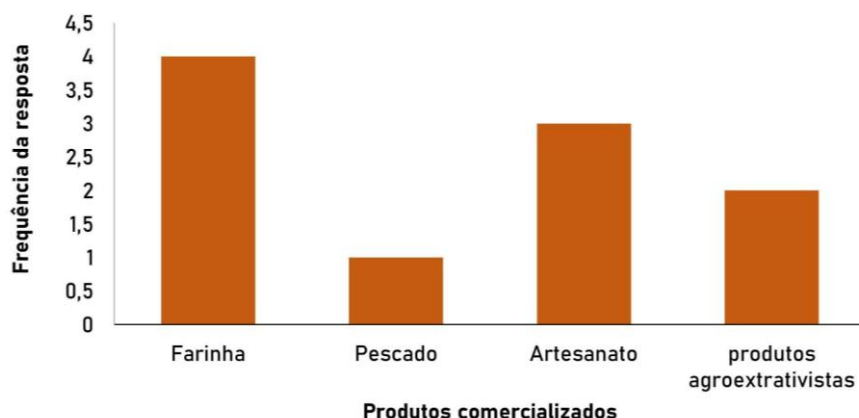
Quando as mulheres mencionam ações como “*conhecer o local onde coletam a castanha*” (Entrevistada 11) ou “*produção de farinha*” (Entrevistada 08), elas propõem um modelo onde o lazer associado ao ecoturismo é um meio para o visitante se aproximar da cultura local, do trabalho coletivo e da identidade quilombola. Essa integração de saberes e práticas é característica do TBC em territórios amazônicos, conforme apontam Arruda (2018), Dutra *et al.* (2024) e Vieira (2022), ao destacarem que o protagonismo local é o principal elemento estruturante de roteiros turísticos que promovem vivências significativas, ancoradas na biodiversidade, na oralidade e nas práticas produtivas.

Assim, o TBC torna-se uma estratégia de afirmação territorial, econômica e identitária para mulheres quilombolas, que reconfiguram suas vivências em experiências educativas e geradoras de renda.

4.3 Atividades cotidianas com potencial turístico

As participantes identificaram diversos produtos da sociobiodiversidade com potencial turístico na comunidade São José. A figura 9 categoriza esses itens, evidenciando a relação entre as práticas tradicionais, a cultura local e as atividades agroextrativistas.

Figura 10 - Produtos que as entrevistadas listam como comercializáveis para os turistas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

As mulheres da comunidade apontam a farinha de mandioca como potencial para comercialização junto aos turistas, evidenciando sua centralidade na economia local e na identidade cultural do território. No entanto, os dados coletados revelam que essa percepção ultrapassa a venda do produto, pois há o reconhecimento de que o processo produtivo em si é um atrativo. Ao sugerirem que atividades do dia a dia, como a "produção de farinha", "extrativismo" e a "plantação", podem envolver o visitante, as mulheres propõem um deslocamento do turismo meramente contemplativo para um turismo de experiência e vivência.

Além disso, destaca-se o artesanato, associado à valorização dos saberes tradicionais e à produção manual como expressão cultural. Os produtos agroextrativistas, como a castanha-do-brasil e o milho, também aparecem como alternativas relevantes, reforçando a importância do uso sustentável dos recursos florestais. O pescado, embora mencionado com menor frequência, reflete práticas tradicionais ligadas ao modo de vida ribeirinho e à alimentação local.

Em conjunto, esses resultados demonstram que as mulheres reconhecem nos produtos do cotidiano e da sociobiodiversidade local oportunidades concretas de geração de renda associadas ao turismo de base comunitária, fortalecendo a autonomia econômica e cultural da comunidade.

4.4 Memória, cultura e território como atrativos

As informações levantadas junto às mulheres da comunidade São José indicam que a memória coletiva e os saberes tradicionais não são apenas heranças estáticas, mas elementos

dinâmicos percebidos pelas moradoras como ativos territoriais. A análise revela que as práticas cotidianas, ao serem ressignificadas como potenciais atrativos turísticos, transcendem a subsistência e passam a atuar na salvaguarda da identidade quilombola e da sociobiodiversidade local.

Nesse sentido, o território é reafirmado como um "espaço vivido" e educativo. Para as entrevistadas, o compartilhamento do modo de vida com o visitante fundamenta-se na valorização da ancestralidade e na afetividade, transformando o saber-fazer em um conteúdo legítimo de ensino-aprendizagem no contexto da EPT.

A partir das falas, observa-se que o cotidiano produtivo é o pilar da oferta pretendida. Atividades como a 'colheita da castanha' e a 'produção de farinha' deixam de ser meras tarefas de subsistência e passam a ser compreendidas como itinerários pedagógicos. Essa visão converge com a proposta de um turismo que valoriza a sociobiodiversidade, onde o “*consumir bebida e pesca*” (Entrevistada 07) torna-se um ato de hospitalidade e compartilhamento cultural.

A partir das entrevistas, as práticas foram categorizadas em três eixos principais de interação, que compõem o que denominamos como "Itinerários de Vivência":

As mulheres da comunidade identificaram um conjunto de atividades que compõem o que se pode denominar como "itinerários de vivência". Tais práticas foram categorizadas em três eixos principais de interação turística:

- **Eixo Produtivo e Extrativista:** A produção artesanal da farinha de mandioca e a coleta sazonal da castanha-do-brasil destacam-se como experiências de imersão. Estas atividades carregam um forte simbolismo comunitário. Conforme apontou a Entrevistada 04, o potencial está em “*levar no tempo da coleta da castanha*”, permitindo que o turista compreenda a relação entre os ciclos naturais e o manejo tradicional, transformando o trabalho em um processo de mediação cultural.
- **Eixo das Águas e Trilhas:** A pesca artesanal e o guiamento por trilhas demonstram o domínio técnico-espacial das mulheres sobre o seu território. Mais do que lazer, atividades como “*pescar e consumir o pescado*” (Entrevistada 07) ou percorrer as trilhas ecológicas são formas de interpretação ambiental onde o conhecimento geográfico e botânico das mulheres quilombolas se torna a principal ferramenta pedagógica do roteiro.
- **Eixo Ritual e Identitário:** A participação em celebrações como o Dia da Consciência Negra e outros rituais locais insere o turismo em uma dimensão política e de resistência. Ao sugerirem o compartilhamento de suas festas e histórias, as mulheres oferecem uma

experiência educativa e sensível, onde o turista deixa de ser um observador passivo para entender a realidade da comunidade como um território de luta e preservação de memórias.

Dessa forma, esses elementos demonstram que, para as mulheres da comunidade São José, o turismo de base comunitária não é um produto a ser vendido, mas um território a ser compartilhado, onde a memória é a força mobilizadora do pertencimento. As mulheres da comunidade São José enxergam em sua realidade socioambiental um terreno fértil para um modelo de turismo enraizado, sustentável e de base comunitária (TBC).

Além disso, conforme elas apontaram nas entrevistas, a atividade turística já ocorre na região, mas de forma incipiente e concentrada nas visitas à cachoeira. No entanto, notam um interesse crescente por parte dos visitantes em transcender o lazer contemplativo para conhecer a história da comunidade, suas tradições e belezas singulares.

As falas indicam que a cultura local não é vista apenas como um componente acessório do turismo, mas como seu fundamento estruturante, o que dialoga com autores como Gondar (2008) e Halbwachs (1990), ao reconhecer a memória coletiva como força mobilizadora de pertencimento e identidade.

Dessa forma, as contribuições das entrevistadas apontam para a necessidade de um modelo de formação que reconheça o território como espaço educativo, e os saberes das mulheres como conteúdos legítimos de ensino. O guia formativo, portanto, não deve apenas apresentar roteiros turísticos, mas incluir itinerários pedagógicos que fortaleçam a autoestima coletiva, a gestão comunitária e o protagonismo das mulheres enquanto condutoras da memória e da cultura quilombola.

4.5 Desafios e potencialidades para o TBC

O cenário identificado junto às mulheres da comunidade São José revela um panorama de contrastes, onde a riqueza do patrimônio imaterial coexiste com fragilidades estruturais acentuadas. O desafio central apontado para a consolidação do Turismo de Base Comunitária (TBC) é a ausência de infraestrutura básica. As mulheres da comunidade destacam a carência de hospedagem, serviços de alimentação e sinalização, além das dificuldades logísticas de acesso ao território. Essas limitações estruturais têm sido entraves recorrentes para o aproveitamento turístico dos saberes e práticas locais (Caramello *et al.*, 2026b).

A literatura aponta que, em contextos de vulnerabilidade estrutural, a ausência de infraestrutura adequada e de planejamento participativo tende a gerar frustração, exclusão e até descontinuidade das ações de TBC, como destacam Arruda (2018), Dutra *et al.* (2024) e Neto e Nascimento (2024).

Contudo, é na dimensão humana e relacional que este estudo identifica um de seus principais achados. As narrativas das entrevistadas evidenciam uma disposição concreta para a adaptação de espaços domésticos à prática da hospedagem solidária, bem como para a organização coletiva da atividade turística no território. Tal disposição revela que os limites de ordem logística e infraestrutural, embora reconhecidos pelas próprias mulheres, não se configuram como barreiras intransponíveis ao protagonismo comunitário, desde que acompanhados por processos contínuos de formação, organização e fortalecimento das capacidades locais.

Nessa perspectiva, Nascimento *et al.* (2025) apontam que, em experiências de turismo comunitário em territórios amazônicos, a sustentabilidade da atividade está menos associada à existência prévia de infraestrutura formal e mais vinculada ao engajamento coletivo, à valorização dos saberes locais e à atuação das mulheres como agentes centrais na conversão da cultura e do cotidiano em reconhecimento social e geração de renda.

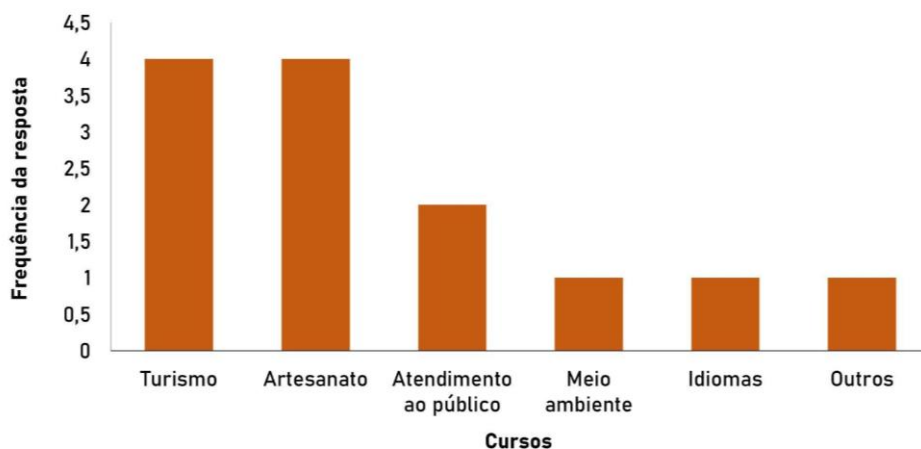
Nesse contexto, a qualificação profissional é apontada como um dos achados mais significativos deste estudo. A análise das entrevistas evidencia um elevado grau de engajamento das participantes, uma vez que 10 das 11 mulheres atribuíram a nota máxima (10) ao interesse em participar de cursos formativos relacionados às atividades turísticas e produtivas.

Esse dado indica que a demanda por formação não emerge como um elemento externo ao território, mas como expressão de uma necessidade concreta vivenciada pelas próprias mulheres, associada à ausência histórica de oportunidades de acesso a conhecimentos técnicos, organizacionais e gerenciais.

Nessa direção, Silva *et al.* (2023) ressaltam que iniciativas de educação territorializada tendem a apresentar maior efetividade quando são construídas a partir da escuta ativa dos sujeitos locais e do reconhecimento dos saberes já existentes nas comunidades, fortalecendo processos formativos contextualizados e socialmente enraizados.

A análise das entrevistas revela um forte desejo das mulheres em participar de ações formativas que contribuam com o fortalecimento de suas capacidades socioprodutivas e culturais. Os cursos apontados como prioritários estão dispostos na figura 12.

Figura 12 - Cursos citados pelas entrevistadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Os cursos voltados ao turismo e ao artesanato destacaram-se como os mais desejados pelas mulheres da comunidade, seguidos por formações relacionadas à comunicação e ao atendimento ao público. Essa preferência demonstra que as participantes reconhecem, de forma consciente, quais saberes e competências são fundamentais para sua inserção qualificada nas atividades ligadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC).

Além de revelarem interesses práticos, essas escolhas também apontam para uma valorização dos conhecimentos locais e uma abertura ao diálogo com visitantes e com o mercado turístico, de forma autônoma e culturalmente enraizada.

Os eixos de formação prioritários apresentados na figura 12 revelam uma visão estratégica das participantes sobre o mercado turístico:

- **Gestão e Atendimento:** A demanda por cursos de "*como receber turistas*" e "*comunicação*" mostra a preocupação em profissionalizar a hospitalidade sem perder a essência quilombola;
- **Gastronomia e Valorização da Produção:** A busca por cursos de "*culinária*", "*produção de doces*" e, notadamente, a confecção de "*vários tipos de farinha*" indica um desejo de inovação dentro da tradição. Elas buscam agregar valor ao que já sabem fazer, transformando o domínio tradicional em um produto diferenciado para o visitante;
- **Monitoria e Condução:** A solicitação de formação para "*condutor de turismo*" reforça o papel da mulher como mediadora e intérprete do território e da floresta.

Essa busca por formação na própria área de domínio tradicional aponta para a necessidade de um modelo educativo que reconheça o território como espaço pedagógico. O guia formativo, portanto, não deve ser apenas um manual técnico, mas um itinerário que fortaleça a autoestima coletiva e prepare as mulheres para serem as "anfitriãs da própria cultura".

Ao fundir saberes ancestrais com competências em empreendedorismo e gestão, o TBC deixa de ser apenas uma alternativa econômica pragmática para se tornar um projeto de afirmação identitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que as memórias sensíveis das mulheres do Quilombo São José não são apenas registros do passado, mas fundamentos vivos para uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que se pretende verdadeiramente emancipatória na Amazônia. As vozes das entrevistadas revelaram que práticas cotidianas, como a produção de farinha, o extrativismo da castanha-do-brasil e os rituais comunitários, compõem um repertório técnico e simbólico com potencial formativo, produtivo e político.

As reflexões geradas por esta investigação transcendem a construção de um Guia Formativo, oferecendo contribuições relevantes para a ciência e subsídios práticos para o aprimoramento das políticas públicas de educação e desenvolvimento em territórios amazônicos. No campo científico, a pesquisa reforça o valor das metodologias qualitativas e sensíveis, como a escuta ativa, a cartografia social e a análise de narrativas, para acessar saberes tradicionalmente invisibilizados.

Ao articular os conceitos de memória, território e gênero, o estudo propõe uma abordagem inovadora para a EPT, demonstrando que o conhecimento técnico não se limita ao domínio de ferramentas, mas pode emergir das vivências e resistências coletivas. Trata-se, assim, de uma contribuição epistemológica, que amplia o escopo da formação profissional ao reconhecer a sociobiodiversidade e os modos de vida tradicionais como matrizes pedagógicas legítimas.

Para as políticas públicas, os achados indicam que é urgente revisar os modelos de oferta da EPT em territórios amazônicos. A homogeneização curricular e a ausência de escuta territorializada têm limitado o potencial transformador da educação profissional. A pesquisa aponta que o reconhecimento das mulheres quilombolas como sujeitos de direito e de saber é condição indispensável para políticas inclusivas e eficazes, capazes de dialogar com os arranjos econômicos locais, como o Turismo de Base Comunitária (TBC), o artesanato e o agroextrativismo.

O Guia Formativo proposto oferece um modelo replicável de formação técnica baseada em demandas reais da comunidade, e pode orientar instituições como o IFAP e outras da Rede Federal na construção de projetos pedagógicos de base territorial, centrados no protagonismo feminino e na economia solidária.

Por fim, este estudo se insere em um movimento mais amplo de descolonização da EPT, defendendo uma educação enraizada, sensível às especificidades dos povos amazônicos e orientada para a soberania territorial. Ao validar as mulheres quilombolas como detentoras de

conhecimento técnico, o estudo reafirma que a justiça social no Vale do Jari passa necessariamente pela valorização da memória, do território e das formas autônomas de organização comunitária. Espera-se que este trabalho inspire novas pesquisas, políticas e práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação dos povos tradicionais da Amazônia

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 107–123, 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1968>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- AZEVEDO, B. S. S.; JAGUN, M. Aquilombamento como modo de existência: diálogos entre Brasil e África. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/3211/1793>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: BONFIL, G. *et al.* **América Latina: etnodesarrollo y etnocidio**. San José: Ediciones FLACSO, 1982. p. 132-145.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1-3, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.
- BRITO, D. M. C.; DRUMMOND, J. A. L. Aspectos socioambientais e socioterritoriais das comunidades atingidas por hidrelétricas no estado do Amapá. **Confins – Revue franco-brésilienne de géographie**, [s. l.], n. 57, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.49060>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/49060>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CARMELLO, N.; ANDRADE, N. R.; CARNIATTO, I.; HANI, F. Y. Etnodesenvolvimento e protagonismo feminino: a memória sensível como base para a formação profissional no Quilombo São José no Vale do Jari (AP). **Água y Territorio / Water and Landscape**, [s. l.], n. 33, 2027. No prelo.
- CARMELLO, N.; SANTOS, N. P.; CUNHA, L. S.; CARNIATTO, I. Comunidades tradicionais no Vale do Jari – Amazônia Oriental, Brasil Percepções etnoambientais que influenciam o olhar para o turismo. **Revista IBEROGRAFIAS**, [s. l.], v. 50, n. 1, 2026a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/1057505678/IBEROGRAFIAS-50>. Acesso em 18 jul 2026.
- CARMELLO, N.; SANTOS, N. P.; CUNHA, L. S.; CARNIATTO, I. Comunidade Quilombola São José: tendências e expectativas no turismo. **Revista Presença Geográfica**, [s. l.], 2026b. No prelo.
- CONSENTINO, J. M. B.; MARIANI, V. C. P. Memórias agroecológicas na educação profissional e tecnológica: uma construção do estado do conhecimento. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s. l.], v. 16, n. 8, e5260, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n8-120>. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/5260>. Acesso em: 20 dez. 2025.

- COSTA, L. F. **Saberes tradicionais, memória e cultura: uma análise das práticas culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo do Itacuruçá (Abaetetuba/Pará)**. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário Tocantins. Cametá, 2019. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/42373>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- CUNHA, F. G.; ALBANO, S. G. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latino Americanos*, [s. l.], v. 64, p. 153-184, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1665857417300066>.
- CUSTÓDIO, E. S.; SOUZA, S. R. A.; ALMEIDA, M. D. R. História, cultura e identidade: olhares sobre comunidades quilombolas no estado do Amapá. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [s. l.], v. 66, p. 220-254, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p220-254>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43093>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- FARIA, K. M. S.; ALMEIDA, M. G. O discurso e a prática do Ecoturismo na visão desenvolvimentista em Comunidades de Quilombolas em Goiás, Brasil. **Confins**, [s. l.], n. 48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.34231>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/34231>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- GARZÓN, M. A. La subjetividade rememorante. **Revista Colombiana de Sociología**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 115-137, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rcs.v38n2.54902>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5392371>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus**, [s. l.], v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- HAGE, S. A. M.; COSTA, M. C. S.; SILVA, H. S. A. Formação de professores e professoras do campo, das águas e das florestas com valorização dos saberes tradicionais das Amazônias. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, e19502, 2024. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1950201>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/19502>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista de Tribunais, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 136 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LIMA, E. S.; FRANÇA-CARVALHO, A. D.; ALCOFORADO, J. L. M.; SILVA, B. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: notas históricas. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 356–373, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n1-018>. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/955>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788578791902>. Disponível em: <https://backoffice.books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MOREIRA, U. E.; FERREIRA, L. C. G. O turismo de base comunitária no território Kalunga: um olhar para a Comunidade Quilombola Vão do Moleque, no município de Cavalcante – GO. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [s. l.], v. 13, n. 1, e1312406, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/15084>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOSQUERA MOSQUERA, C. E. Políticas de memoria en la escuela em América Latina. El caso de Colombia frente a su conflicto armado. **Revista de Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 11, v. 1, p. 267-286, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21501/22161201.2770>. Disponível em: <https://revistas.ucatolicaluisamigo.edu.co/index.php/RCCS/article/view/2770>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NUNES, E. B.; SILVANO, A. M. C. Práticas pedagógicas e evasão discente: uma análise no curso técnico. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 40, e36039, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469836039>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/36039>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NUNES, I. V. P. S.; MAGALHÃES, A. P. A. S. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: sua história e características vistas a partir de um estudo no estágio supervisionado. **Revista Mirante**, Anápolis, v. 16, n. 1, p. 279-299, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/mirante.v16i1>. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/issue/view/685>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, C. N. S.; SANTOS, J. B. A política da educação profissional e tecnológica: anseios e perspectivas para a construção de uma instituição democrática no Marajó-PA. In: Seminário de Educação (SEMIEDU), 29., 2021, Cuiabá. **Anais[...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 2016-2028. ISSN 2447-8776. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/issue/view/926>. Acesso em: 10 jul. 2019.

OLIVEIRA, H.; RICHTER, M.; FOGAÇA, I. F. Etnodesenvolvimento e Turismo de Base Comunitária: Qual é o denominador comum? **Repecult - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, Seropédica, v. 8, n. 12, p. 70-99, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/1032>. Acesso em: 27 ago. 2025.

OPPLIGER, E. A.; OLIVEIRA, A. K. M. Turismo como possibilidade econômica para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, Aquidauana, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 98-111, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i2.6498>. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6498>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PASETO, C.; GLASMEYER, H.; COSSI, J.; BOURROUL GONSALVES, M. **Panorama da educação profissional e tecnológica na Amazônia brasileira**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2024. 56 f. DOI: <https://doi.org/10.18235/0013243>. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/panorama-da-educacao-profissional-e-tecnologica-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PEREIRA, J. S. M. **Presença indígena na educação profissional e tecnológica (EPT): um estudo quantiquantitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá (IFAP) em 2021**. 2022. 65 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Amapá, Santana, AP, 2022.

RAMOS, J. R. S.; CUNHA, K. S. A educação do campo como política curricular nas "Amazônias": territórios, insurgências e re(existências). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 183-200, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.49776>. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49776>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ROCHA, S. S. S.; MANSUR, A. F. U.; PRATES, D. M. A. A presença de mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre as relações de gênero. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 3, n. 3, e14179, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.14179>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/e14179>. Acesso em: 27 ago. 2025.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade, interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2017v7n4.p337-361>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325776955_Patrimonio_cultural_memoria_social_e_identidade_interconexoes_entre_os_conceitos. Acesso em: 10 jul. 2025.

SAHAIDAK, A. Turismo em uma comunidade quilombola: a cultura com suas possibilidades e alcances. In: encontro Semintur Jr - Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, 1., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/turismo-e-hospitalidade/eventos-e-anais/i-semintur-jr/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTANA, T. De África ao Brasil: saberes afrodiaspóricos sobre quilombo e família. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 161-181, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1671>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, O. A. A. Reflexões sobre a memória e espaço geográfico a partir e uma perspectiva histórico-materialista. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v42.65778>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/issue/view/2300>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, G. M.; SOUZA, B. O. Quilombos in Brazil and the Americas: black resistance in historical perspective. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 112-133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/22779760211072193>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/22779760211072193>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SILVA, L. C. R.; DIAS, R. B. As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, e28089, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.28089>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28089>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SILVA, N. C.; SILVA, D. F.; ARAÚJO, M. F. F. Evidências da educação para a sustentabilidade e agenda 2030 no currículo de cursos técnicos de uma Instituição Federal de Ensino do interior da Amazônia paraense. **Eccos - Revista Científica**, [s. l.], n. 69, p. 1-19, e25421, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n69.25421>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/25421>. Acesso em: 27 ago. 2026

SILVA, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: LOMBA, R. M.; RANGEL, K. S.; SILVA, G. G.; SILVA, M. G. (Org.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Dourados, MS: UFGD, 2014, p. 13-39. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/livrosabertos/catalog/view/63/67/230>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOARES, L. R. A disputa pelo controle das terras e situação dos territórios quilombolas no Amapá. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, e64989, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2022.64989>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/64989>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SOUZA, F. C.; QUIQUETO, A. M. B.; LENA, M. B. A.; SANTI, V. J. C.; MORAES, N. R. Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 2, e48910212860, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12860>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/12860>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUZA, H. C.; CARDOSO, F. M. C. B.; SOUSA, M. M. Permanência e êxito na educação profissional: revisão sistemática. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 50, e134672, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236134672vs01>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/5Yt33xgshwQ983WS75WSqCt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SOUZA, J. B. M.; SILVA, D. A. S.; OLIVEIRA, L. T. Análise dos projetos socioambientais aplicados na Comunidade Quilombo São José em Laranjal do Jari, Amapá, Brasil. **Revista Presença Geográfica**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 28-40, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v11i2.7871>. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7871>. Acesso em: 14 set. 2025.

SOUZA, V. F.; SANTOS, C. D. Turismo comunitário, territorialidades e resistências: o caso do território quilombola do Cumbe (Aracati-Ceará-Brasil). **PASOS – Revista de Turismo y patrimônio Cultural**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 675-689, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.044>.

<https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/3897>. Acesso em: 27 ago. 2026.
Acesso em: 19 jul. 2025.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá.

Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia, [s. l.], n. 23, 2015. DOI:

<https://doi.org/10.4000/confins.10021>. Disponível

em: <http://journals.openedition.org/confins/10021>. Acesso em: 10 jan. 2026.

TERRA, E. M.; DORSA, A. C. A comunidade quilombola Chácara do Buriti, MS: memórias sentidas e vividas na busca do desenvolvimento sustentável. **Revista Multitemas**, [s. l.], n.

41, p. 89-107, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20435/multi.v0i41.288>. Disponível em:

<https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/288>. Acesso em: 27 ago. 2025.

YOUNG, C. E. F.; CASTRO, B. S. **Desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Amapá**. Brasília: SENAI/DN, 2023, 136 p. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11422/23383>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Administração/UFSC, 2013.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

PROJETO

I. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título do Produto Educacional:

Projeto de Extensão: Oficinas Formativas para o Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária no Quilombo São José – Vale do Jari (AP)

Natureza do Produto Educacional

Este produto educacional consiste em um Projeto de Extensão estruturado em oficinas formativas de curta duração, voltado à capacitação de mulheres quilombolas da Comunidade São José, localizada no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá.

O projeto foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), como parte das ações de pesquisa aplicada voltadas ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica em territórios tradicionais da região amazônica.

A proposta das oficinas formativas surge a partir do diálogo com as mulheres da comunidade, das visitas *in loco* e dos resultados da pesquisa realizada naquele território. Foram identificadas potencialidades locais relacionadas ao turismo de base comunitária (TBC), à valorização cultural e às práticas socioprodutivas tradicionais, como a produção de farinha de mandioca, o extrativismo da castanha-do-brasil, a culinária tradicional e as experiências ligadas ao território e à memória da comunidade.

Diante disso, o projeto busca contribuir para a construção de processos formativos que articulem educação, território, memória e desenvolvimento local, reconhecendo as mulheres quilombolas como protagonistas na preservação dos saberes tradicionais e na construção de alternativas sustentáveis de geração de renda.

Objetivo do Produto Educacional

Fortalecer o protagonismo das mulheres quilombolas da Comunidade São José (Laranjal do Jari/AP) através de oficinas práticas. O foco é integrar os saberes tradicionais ao turismo de base comunitária, transformando a valorização da cultura local em ferramentas de autonomia e sustentabilidade para as práticas socioprodutivas do território.

Público-Alvo

O projeto é direcionado prioritariamente para:

- Mulheres quilombolas da Comunidade São José;
- Moradoras da comunidade interessadas em participar de iniciativas ligadas ao turismo comunitário;
- Lideranças comunitárias envolvidas em ações de desenvolvimento local.

Formato do Produto

O produto educacional está organizado na forma de oficinas formativas presenciais, com abordagem participativa e dialogada, valorizando os saberes tradicionais da comunidade e promovendo a troca de experiências entre as participantes.

As oficinas foram estruturadas a partir das demandas identificadas junto às mulheres da comunidade São José durante a pesquisa e contemplam temas relacionados ao turismo de base comunitária, hospitalidade, boas práticas na produção e manipulação de alimentos, precificação de produtos comunitários e comunicação para divulgação das atividades locais.

Este material serve como referência para ações de extensão, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e projetos educativos voltados ao fortalecimento de comunidades tradicionais na Amazônia, podendo ser adaptado conforme as necessidades locais.

II. FORMATO DO PRODUTO

O produto consiste em um itinerário formativo participativo, construído a partir das necessidades reais manifestadas pelas mulheres de São José. O foco das atividades abrange os eixos centrais do cotidiano socioprodutivo: a acolhida turística, o beneficiamento de alimentos e a gestão financeira comunitária (precificação). Pensado para a realidade da comunidade, o conteúdo é adaptável para cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e outras iniciativas de educação não formal voltadas ao fortalecimento de comunidades tradicionais na região Norte.

No quadro 1 são apresentadas as quatro oficinas que compõem o projeto formativo.

Quadro 1 – Oficinas formativas propostas.

• Oficina 1 - A Arte de Receber: Hospitalidade e Identidade no Quilombo São José Esta oficina propõe uma imersão no Turismo de Base Comunitária (TBC) a partir do olhar das mulheres da comunidade São José. O objetivo é transformar o ato de receber o visitante em uma extensão da vivência quilombola. Vamos trabalhar o acolhimento não como uma técnica fria, mas como uma forma de narrar a história e a cultura local. Os encontros focam na comunicação e na postura, mas, acima de tudo, em como a trajetória da Comunidade São José se torna o coração da experiência turística para quem chega.
• Oficina 2 – Higiene e Manejo na Produção Comunitária de Alimentos O foco aqui é a profissionalização da produção para o turismo e o comércio local. A oficina detalha as etapas de higiene, desde a escolha dos ingredientes até a entrega final ao consumidor. Serão discutidas estratégias práticas para prevenir contaminações e assegurar a durabilidade dos produtos, garantindo que a segurança alimentar seja uma aliada da geração de renda e da confiança de quem visita a comunidade e região.
• Oficina 3 – Precificação e Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade Local Esta etapa do projeto aborda a organização financeira das atividades produtivas na comunidade. A oficina tem por objetivo identificar os gastos envolvidos na produção e a estabelecer preços que valorizem o diferencial do produto artesanal e quilombola. O objetivo é capacitar as mulheres para uma gestão econômica consciente, equilibrando os custos de produção com a necessidade de geração de renda por meio do turismo, além de fortalecer as cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade dentro e fora da comunidade.

• Oficina 4 – Estratégias de Comunicação Comunitária e Valorização Cultural

Esta oficina busca fortalecer a presença da comunidade nos canais de divulgação, unindo tecnologia e tradição. Através de oficinas práticas de fotografia e redes sociais com o celular, as mulheres aprenderão a registrar suas atividades e os frutos da sociobiodiversidade. O foco central é a construção de uma imagem comunitária autêntica, onde a história da Comunidade São José serve como fio condutor para atrair visitantes e valorizar a produção quilombola.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

III. METODOLOGIA DAS OFICINAS FORMATIVAS

Metodologia Geral

As oficinas formativas propostas serão desenvolvidas a partir de uma abordagem participativa, prática e contextualizada, a qual considera as características socioculturais e locais da Comunidade Quilombola São José. A proposta metodológica, para além de valorizar os saberes tradicionais, a identidade das mulheres da comunidade e suas demandas formativas, busca promover um processo de formação que esteja alinhado com as experiências cotidianas e com o território onde vivem.

A metodologia adotada fundamenta-se na construção coletiva do conhecimento, uma vez que as demandas formativas foram levantadas a partir da escuta sensível dessas mulheres e observações *in loco*, estimulando a troca de experiências entre as participantes e reconhecendo os conhecimentos já existentes na comunidade como ponto de partida para o processo formativo. Nesse sentido, as oficinas foram planejadas de modo a integrar os conhecimentos técnicos relacionados ao turismo de base comunitária com as práticas socioprodutivas e culturais já presentes no cotidiano das mulheres da comunidade São José.

As oficinas serão desenvolvidas de forma presencial, trazendo estratégias pedagógicas que incentivem a participação ativa das mulheres, respeitando seus diferentes níveis de escolaridade e suas experiências de vida. Entre as estratégias metodológicas a serem aplicadas, destacam-se as rodas de conversa, demonstrações práticas, simulações de situações do cotidiano, atividades coletivas e momentos de diálogo e reflexão sobre as práticas produtivas e culturais da comunidade. A troca de informações nesse processo, por meio da escuta e demonstrações mais práticas é fundamental para o êxito do projeto. Aqui, mais uma vez, colocamos a escuta como uma ferramenta de empoderamento.

Essa proposta, portanto, valoriza o princípio do “aprender fazendo”. Pois, estimula a execução de atividades que já fazem parte da realidade vivida pelas mulheres na comunidade,

como o preparo de alimentos, o extrativismo, a produção artesanal de farinha de mandioca e a organização das atividades comunitárias. Dessa forma, busca-se integrar conhecimentos técnicos e saberes tradicionais, fortalecendo as capacidades das mulheres para atuar em iniciativas relacionadas ao turismo de base comunitária e à geração de renda local.

A avaliação é um ponto fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Nas oficinas, o processo avaliativo ocorrerá de forma qualitativa e processual, considerando principalmente a participação das mulheres nas atividades, o envolvimento nas discussões e a interação durante as práticas desenvolvidas. Ao final de cada oficina serão promovidos momentos de diálogo para que as participantes possam compartilhar percepções, sugestões e aprendizados construídos ao longo das atividades.

Metodologia específica das oficinas

- **Oficina 1 – A Arte de Receber: Hospitalidade e Identidade no Quilombo São José**

A dinâmica desta oficina favorece a troca de saberes por meio de rodas de conversa e simulações que reproduzem o dia a dia da recepção de visitantes. O foco aqui está em construir estratégias de acolhimento que não sejam apenas técnicas, mas que coloquem o modo de vida das mulheres da comunidade no centro da experiência turística. Através de situações-problema reais, as participantes serão convidadas a refletir coletivamente sobre como apresentar seu território e suas práticas culturais de forma autêntica e organizada.

- **Oficina 2 – Higiene e Manejo na Produção Comunitária de Alimentos**

Partindo do que as mulheres já dominam em suas cozinhas, esta oficina utiliza demonstrações práticas e vivências diretas no preparo e manipulação de alimentos. O encontro começa com uma escuta sobre as tradições culinárias locais para, em seguida, introduzir as orientações de higiene pessoal, organização do espaço e manipulação segura. A ideia é que os conceitos técnicos de armazenamento e conservação não sejam impostos, mas sim integrados ao cotidiano e à produção que já ocorre na comunidade.

- **Oficina 3 – Precificação e Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade Local**

Neste módulo, o aprendizado acontece "na ponta do lápis", através de exercícios práticos que utilizam os próprios produtos da comunidade, como o artesanato e a farinha ali produzida, por exemplo, para o cálculo de custos. Vamos debater a organização econômica sob a ótica do preço justo, incentivando as mulheres a enxergarem o valor real do seu tempo e do seu trabalho. A oficina busca fortalecer a comercialização e o turismo comunitário a partir de uma gestão

financeira que faça sentido para a realidade local e para o fortalecimento da autonomia feminina.

- **Oficina 4 – Estratégias de Comunicação Comunitária e Valorização Cultural**

Esta oficina transforma o celular em uma ferramenta de afirmação cultural. Por meio de atividades práticas de registro fotográfico e audiovisual, as participantes exploram formas simples de divulgar o que a comunidade produz e vive. O diálogo central gira em torno de como usar a comunicação para dar visibilidade aos saberes tradicionais e à cultura quilombola, garantindo que a imagem da comunidade seja construída pelas próprias mãos das moradoras, fortalecendo a identidade do território frente ao mercado turístico.

IV. RESULTADOS ESPERADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

A expectativa é que estas oficinas funcionem como um motor para as capacidades socioprodutivas das mulheres da comunidade São José. Mais do que um treinamento, o projeto busca consolidar o turismo de base comunitária como uma extensão natural dos saberes que elas já dominam, transformando o cotidiano e a identidade quilombola em ferramentas reais de emancipação e geração de renda.

Ao final do percurso, espera-se que as participantes não apenas dominem técnicas de atendimento, higiene ou precificação, mas que se reconheçam como protagonistas da própria história. O objetivo é que o conhecimento técnico se funda à memória coletiva, permitindo que a recepção de visitantes seja feita com autonomia, segurança e orgulho do modo de vida tradicional.

Para além das fronteiras de Laranjal do Jari, este produto educacional pretende servir como um roteiro metodológico para outras comunidades na Amazônia. A ideia é que ele inspire outras ações de extensão e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), provando que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) só é plena quando dialoga verdadeiramente com o território e com quem nele habita.

V. POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional proposto apresenta potencial de aplicação em diferentes contextos formativos voltados ao fortalecimento de comunidades tradicionais, especialmente em iniciativas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), projetos de extensão e ações de desenvolvimento territorial.

No contexto específico da Comunidade Quilombola São José, no município de Laranjal do Jari (AP), as oficinas formativas serão implementadas como parte de ações educativas voltadas ao fortalecimento do turismo de base comunitária e à valorização dos saberes tradicionais das mulheres da comunidade.

Como estratégia de validação institucional do produto educacional, propõe-se a realização de uma reunião de apresentação da proposta junto à Secretaria Municipal de Turismo de Laranjal do Jari, com o objetivo de discutir possibilidades de parceria para a implementação das oficinas formativas na comunidade. Essa articulação institucional poderá contribuir para o fortalecimento das ações voltadas ao turismo comunitário no município, além de ampliar o diálogo entre o Instituto Federal do Amapá (IFAP), o poder público local e as comunidades tradicionais da região.

Nesse sentido, pretende-se realizar um encontro institucional envolvendo representantes do Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI), da Direção do Campus do IFAP em Laranjal do Jari e da Secretaria Municipal de Turismo, no qual será apresentada a proposta formativa e discutidas possibilidades de cooperação para a execução das atividades. Esses encontros podem ser tanto presencialmente, quanto *on-line*.

Além disso, essa articulação também poderá integrar outras iniciativas de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do ProEPT, fortalecendo o diálogo entre diferentes projetos voltados ao desenvolvimento territorial e à valorização das comunidades tradicionais do Vale do Jari.

VI. VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A implementação das oficinas formativas propostas neste produto educacional está prevista para ocorrer após a conclusão e defesa da dissertação de mestrado, considerando os trâmites institucionais necessários para execução de ações de extensão junto à comunidade.

Nesse sentido, o produto educacional foi estruturado de forma a apresentar viabilidade de aplicação prática, podendo ser implementado por meio de projetos de extensão, cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou parcerias institucionais entre o Instituto Federal do Amapá (IFAP), a Secretaria Municipal de Turismo de Laranjal do Jari e a Comunidade Quilombola São José.

Para isso, será necessário seguir algumas etapas: realização de uma reunião de apresentação da proposta junto à Secretaria Municipal de Turismo de Laranjal do Jari, à Direção do Campus do IFAP e aos setores institucionais envolvidos com pesquisa e extensão. O objetivo

do encontro entre esses atores é apresentar o produto educacional, discutir possibilidades de parceria para implementação das oficinas formativas e registrar institucionalmente o interesse na execução das atividades; o segundo passo é apresentar o produto para as mulheres da comunidade e verificar se elas validam essa proposta. Pois as oficinas foram pensadas e construídas com essa participação ativa.

Diante disso, o processo de validação buscará assegurar que o produto educacional esteja alinhado às demandas da comunidade e às possibilidades de implementação no território, fortalecendo a articulação entre pesquisa acadêmica, extensão e desenvolvimento local.

Tabela – Processo de Validação do Produto Educacional

Etapas de validação	Participantes	Objetivos	Instrumento utilizado	Resultados esperados
Apresentação institucional do produto educacional	Secretaria Municipal de Turismo de Laranjal do Jari, Direção do IFAP – Campus Laranjal do Jari, DEPI	Apresentar o guia formativo e discutir possibilidades de parceria para implementação das oficinas	Reunião institucional (presencial ou online)	Reconhecimento da relevância do produto e possibilidade de articulação institucional para execução
Validação junto ao público-alvo	Mulheres da Comunidade Quilombola São José	Apresentar a proposta das oficinas e verificar a adequação do conteúdo às demandas da comunidade	Roda de conversa e apresentação da proposta	Contribuições das participantes e confirmação da pertinência das oficinas
Ajustes finais do produto educacional	Pesquisador e orientadora	Incorporar sugestões e aprimorar o material	Revisão do guia formativo	Versão final do produto educacional consolidada

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

VII. ESTRUTURA ORGANIZADA DO PROJETO DE EXTENSÃO

Tabela 1: Estrutura do projeto.

I – Identificação da Ação	
Nome da ação:	
Projeto de Extensão: Oficinas Formativas para o Fortalecimento do Turismo Comunitário no Quilombo São José – Vale do Jari (AP)	
Período:	A definir
Local:	Comunidade Quilombola São José – Laranjal do Jari – AP.
Carga horária total:	Até 40 horas, distribuídas em quatro oficinas independentes de até 10 horas cada.
Horário:	A definir
Modalidade:	Presencial
Número de vagas:	Até 20 participantes por oficina
Público-alvo:	Mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola São José, no município de Laranjal do Jari – AP.
Período de inscrição:	A definir
Responsável pela homologação:	
Coordenação do Projeto de Extensão em parceria com a liderança da Comunidade Quilombola São José.	
Critérios para homologação:	
▪ Prioridade para mulheres quilombolas residentes na Comunidade São José; ▪ Interesse demonstrado na participação em atividades turísticas, produtivas ou culturais da comunidade.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

VIII. JUSTIFICATIVA DA AÇÃO

Este produto educacional nasce como uma devolutiva direta da pesquisa de mestrado do ProfEPT realizada na Comunidade Quilombola São José. Durante o estudo, ficou evidente que as mulheres são o pilar da organização local, guardando memórias e sustentando práticas tradicionais como a coleta da castanha, a produção de farinha e a produção de artesanatos. A investigação revelou um desejo claro do grupo: fortalecer o turismo de base comunitária como fonte de renda e valorização cultural, mas com uma ressalva importante: a necessidade de formações que respeitem os diferentes níveis de escolaridade e o tempo da comunidade.

Nesse sentido, as oficinas foram definidas para transformar dados acadêmicos em ferramentas práticas. O foco não é apenas a capacitação, mas dialogar com o cotidiano dessas

mulheres, abordando desde a recepção de visitantes e a segurança alimentar até a gestão financeira e a comunicação dos seus produtos. É uma proposta que tira o conhecimento do papel e o devolve ao território em forma de ação.

Fundamentada na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a ação reconhece o saber tradicional como parte legítima do processo formativo. Ao unir ensino, pesquisa e extensão, o projeto busca impulsionar a autonomia feminina e o desenvolvimento sustentável no Vale do Jari, garantindo que o turismo cresça sem atropelar a identidade e os valores da comunidade São José.

IX. OBJETIVO GERAL

Promover a capacitação de mulheres quilombolas da Comunidade São José, no município de Laranjal do Jari – AP, por meio de oficinas formativas de curta duração voltadas ao fortalecimento do turismo comunitário, à valorização dos saberes tradicionais e ao desenvolvimento de iniciativas produtivas locais, considerando as demandas identificadas na pesquisa e as especificidades socioculturais do território.

X. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar noções básicas de turismo comunitário e estratégias de atendimento ao visitante, valorizando a história, a cultura e os elementos naturais da comunidade;
- Promover orientações sobre produção de alimentos e boas práticas de higiene, visando fortalecer a qualidade e a segurança dos produtos alimentícios comercializados na comunidade;
- Desenvolver conhecimentos básicos relacionados à organização econômica comunitária e à precificação de produtos e serviços associados às atividades produtivas locais;
- Fortalecer estratégias de comunicação comunitária para divulgação dos produtos, serviços e saberes tradicionais da comunidade;
- Estimular o protagonismo das mulheres quilombolas na organização de iniciativas relacionadas ao turismo comunitário e à geração de renda;
- Contribuir para a valorização da identidade cultural e dos saberes tradicionais da Comunidade Quilombola São José como elementos centrais das experiências turísticas comunitárias.

XI. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático foi estruturado em 4 oficinas formativas, as quais foram pensadas a partir de eixos temáticos relacionados ao fortalecimento do TBC, valorização dos saberes locais e desenvolvimento de atividades produtivas na Comunidade Quilombola São José.

Oficina 1 – A Arte de Receber: Hospitalidade e Identidade no Quilombo São José
Conteúdos abordados: • Noções básicas de turismo comunitário • Recepção e acolhimento de visitantes • Comunicação verbal e postura no atendimento • Organização do atendimento aos turistas • Valorização da história e da cultura local como experiência turística • Simulações de situações reais do cotidiano comunitário
Habilidades e competências esperadas: • Compreender os princípios básicos do turismo de base comunitária; • Realizar o acolhimento de visitantes de forma respeitosa e organizada; • Reconhecer o valor da história, da cultura e dos elementos naturais da comunidade como atrativos turísticos; • Desenvolver atitudes de cuidado com a imagem da comunidade como destino turístico; • Atuar de forma colaborativa na recepção de visitantes.
Oficina 2 – Higiene e Manejo na Produção Comunitária de Alimentos
Conteúdos abordados: • Produção de alimentos tradicionais da comunidade • Técnicas básicas de preparo e conservação de alimentos • Higiene pessoal, do ambiente e dos utensílios • Manipulação segura dos alimentos • Armazenamento e conservação de alimentos • Prevenção de contaminações

• Comercialização de alimentos associados ao turismo comunitário
Habilidades e competências esperadas: • Aplicar cuidados básicos de higiene no preparo de alimentos; • Identificar situações que possam causar contaminação alimentar; • Organizar o espaço de preparo de alimentos de forma mais segura; • Utilizar técnicas simples de conservação e armazenamento; • Reduzir desperdícios e melhorar a qualidade dos produtos alimentícios; • Reconhecer o valor dos saberes tradicionais da culinária quilombola; • Identificar possibilidades de geração de renda por meio da comercialização de alimentos.
Oficina 3 - Precificação e Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade Local
Conteúdos abordados: • Noções básicas de organização econômica comunitária • Identificação de custos e despesas • Cálculo simples de custos e preços • Precificação de produtos artesanais, alimentícios e serviços comunitários • Valorização do trabalho e dos saberes locais • Relação com o cliente e negociação justa
Habilidades e competências esperadas: Ao final da oficina, espera-se que as participantes sejam capazes de: • Identificar custos envolvidos na produção de produtos e serviços; • Realizar cálculos simples para definição de preços; • Valorizar o tempo de trabalho e os saberes tradicionais na formação do preço; • Analisar preços praticados no mercado local; • Participar de processos coletivos de definição de preços; • Desenvolver visão estratégica para sustentabilidade das atividades produtivas.
Oficina 4 – Estratégias de Comunicação Comunitária e Valorização Cultural
Conteúdos abordados: • Comunicação comunitária e valorização do território

- Importância da identidade cultural na comunicação
- Uso básico do celular para registro de atividades
- Produção de registros fotográficos e audiovisuais simples
- Divulgação de produtos, serviços e experiências comunitárias
- Estratégias simples de divulgação das atividades turísticas da comunidade

Habilidades e competências esperadas:

Ao final da oficina, espera-se que as participantes sejam capazes de:

- Reconhecer a importância da comunicação para divulgação das atividades da comunidade;
- Utilizar o celular para registrar e compartilhar experiências e produtos locais;
- Divulgar produtos e serviços associados ao turismo comunitário;
- Valorizar a identidade cultural quilombola na comunicação com visitantes;
- Fortalecer a visibilidade das atividades produtivas e culturais da comunidade.

XII. METODOLOGIA

A metodologia adotada será participativa, prática e dialogada, respeitando os diferentes níveis de escolaridade das participantes e valorizando os conhecimentos tradicionais já presentes na comunidade. As atividades priorizarão estratégias pedagógicas baseadas na troca de saberes, na oralidade e na experiência cotidiana das mulheres quilombolas.

Entre as estratégias metodológicas utilizadas destacam-se:

- rodas de conversa para levantamento e compartilhamento de conhecimentos locais;
- demonstrações práticas relacionadas às atividades produtivas da comunidade;
- simulações de situações do cotidiano, especialmente nas oficinas voltadas ao atendimento ao visitante e à comercialização de produtos;
- atividades coletivas de reflexão e planejamento;
- uso de exemplos concretos da realidade da comunidade.

XIII. AVALIAÇÃO

A avaliação das participantes será realizada de forma qualitativa e processual, considerando a participação nas atividades desenvolvidas ao longo das oficinas.

Serão observados principalmente os seguintes aspectos:

- Frequência nas atividades;
- Participação nas rodas de conversa e nas atividades práticas;
- Envolvimento nas discussões e nas simulações propostas;
- Interação entre as participantes e os ministrantes durante as oficinas.

Considerando os diferentes níveis de escolaridade das participantes, não serão utilizados instrumentos formais de avaliação escrita, priorizando-se momentos de diálogo, troca de experiências e relatos das participantes ao final das atividades. Dessa forma, a avaliação busca acompanhar o processo de aprendizagem de forma inclusiva e respeitosa às características socioculturais da comunidade.

XIV. CERTIFICAÇÃO

A certificação será concedida às participantes que obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária da oficina em que estiverem inscritas, sendo emitido certificado correspondente à participação efetiva nas atividades.

Os certificados serão emitidos pela Diretoria de Pesquisa e Extensão do Campus Laranjal do Jari, mediante encaminhamento da lista de frequência validada pela coordenação do projeto de extensão.

Cada participante receberá certificado com a carga horária correspondente à oficina cursada, podendo participar de mais de uma oficina conforme interesse e disponibilidade.

XV. EQUIPE EXECUTORA

A execução das oficinas formativas contará com a participação de profissionais com experiência nas áreas temáticas abordadas, além do apoio institucional do Instituto Federal do Amapá (IFAP) e da liderança da Comunidade Quilombola São José. A equipe será responsável pelo planejamento, organização e condução das atividades formativas, bem como pelo acompanhamento das participantes durante o desenvolvimento das oficinas.

A coordenação do projeto ficará responsável pela articulação institucional, organização das atividades, mobilização da comunidade e acompanhamento da execução das oficinas.

XVI. COORDENAÇÃO DO PROJETO

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)
– Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Responsável pela coordenação geral da ação extensionista, articulação institucional, organização das atividades formativas e acompanhamento da execução do projeto junto à comunidade.

XVII. MINISTRANTES DAS OFICINAS

Dierlem Braga dos Santos e Profa. Dra. Núbia Caramello

Responsáveis pela condução da oficina Atendimento ao público no turismo comunitário, abordando estratégias de acolhimento de visitantes, comunicação no atendimento, valorização da cultura local e organização de experiências turísticas comunitárias.

Natália Ribeiro de Lira

Nutricionista. Responsável pela condução da oficina Produção de alimentos e boas práticas de higiene para comercialização comunitária, abordando práticas seguras de manipulação de alimentos, higiene, conservação e qualidade na produção alimentar associada ao turismo comunitário.

Hamilton Tavares dos Prazeres

Responsável pela condução da oficina Precificação de produtos e serviços comunitários, abordando noções básicas de organização econômica comunitária, identificação de custos e definição de preços justos para produtos e serviços desenvolvidos na comunidade.

Jefferson de Souza Souza

Responsável pela condução da oficina Comunicação comunitária para divulgação de produtos e saberes quilombolas, abordando estratégias de comunicação comunitária, uso de celulares para registro e divulgação de atividades e valorização da identidade cultural da comunidade.

XVIII. APOIO COMUNITÁRIO

Liderança da Comunidade Quilombola São José

A liderança comunitária atuará na mobilização das participantes, organização do espaço comunitário para realização das oficinas e articulação entre a equipe executora e as moradoras da comunidade.

XIX. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução da ação será organizado de forma flexível, considerando a disponibilidade das ministrantes, da equipe executora e da comunidade. As oficinas poderão ser realizadas em encontros independentes, conforme acordo com a liderança comunitária e as participantes.

Etapa	Atividade	Período
Planejamento da ação	Articulação com a liderança da Comunidade Quilombola São José, definição das datas e mobilização das participantes	A definir
Organização das oficinas	Preparação de materiais, organização do espaço e confirmação dos ministrantes	A definir
Oficina 1	A Arte de Receber: Hospitalidade e Identidade no Quilombo São José	A definir
Oficina 2	Higiene e Manejo na Produção Comunitária de Alimentos	A definir
Oficina 3	Precificação e Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade Local	A definir
Oficina 4	Estratégias de Comunicação Comunitária e Valorização Cultural	A definir
Avaliação da ação	Roda de conversa com as participantes para avaliação das oficinas e registro das contribuições da comunidade	A definir
Relatório final	Sistematização das atividades realizadas e elaboração do relatório da ação extensionista	A definir

O cronograma poderá ser ajustado conforme as demandas da comunidade e as condições logísticas para realização das atividades.

XX. RESULTADOS ESPERADOS / IMPACTO SOCIAL

Espera-se que a realização das oficinas formativas contribua para o fortalecimento das capacidades socioprodutivas das mulheres da Comunidade Quilombola São José, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e ampliando as possibilidades de organização de iniciativas relacionadas ao turismo comunitário.

Entre os principais resultados esperados destacam-se:

- Fortalecimento do protagonismo das mulheres quilombolas em atividades produtivas e culturais da comunidade;
- Ampliação dos conhecimentos relacionados ao atendimento de visitantes e ao turismo comunitário;

- Melhoria das práticas de produção e manipulação de alimentos destinados à comercialização;
- Desenvolvimento de noções básicas de organização econômica e precificação de produtos e serviços comunitários;
- Fortalecimento das estratégias de comunicação e divulgação dos produtos e saberes quilombolas.

Espera-se também que a ação contribua para valorizar a identidade cultural da comunidade e fortalecer a percepção do território como espaço de aprendizagem, trabalho e geração de renda.

Além dos impactos diretos na comunidade, o projeto poderá contribuir para ampliar o diálogo entre o Instituto Federal do Amapá (IFAP), a comunidade quilombola e o poder público local, estimulando futuras iniciativas de formação, extensão e desenvolvimento territorial na região do Vale do Jari.

Dessa forma, a ação busca transformar os resultados da pesquisa acadêmica em práticas educativas aplicáveis à realidade local, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da comunidade.

XXI. PREVISÃO DE CUSTO FINANCEIRO

a. Diárias (Verificar Valores de Referência no final deste formulário)

Quantidade de servidores que necessitam	Quantas diárias por servidor	Valor de cada diária	Custo total diárias servidores
05	03	R\$ 335,00	R\$ 5.025,00
		Valor Total	R\$ 5.025,00

Quantidade de palestrantes que necessitam ou apoio	Número de diárias por palestrante	Valor de cada diária*	Custo total de diárias palestrantes
02	03	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
		Valor Total	R\$ 2.010,00

CUSTO TOTAL de diárias (palestrantes e servidores)	R\$ 7.035,00
---	---------------------

b. Passagens Rodoviárias

Nome do Servidor ou Palestrante	Roteiro (ida e volta)	Valor das Passagens (ida e volta)**
Diego Aparecido Belo Cabral da Silva	Macapá - Laranjal do Jari - Macapá	R\$ 198,00
Natália Ribeiro de Lira	Macapá - Laranjal do Jari - Macapá	R\$ 198,00
Jefferson de Souza Souza	Macapá - Laranjal do Jari - Macapá	R\$ 198,00

CUSTO TOTAL necessário com passagens rodoviárias	R\$ 594,00
---	-------------------

* Os valores das diárias foram estimados conforme o Decreto nº 11.872/2024, que atualiza os valores de diárias no âmbito da administração pública federal (BRASIL, 2024).

**Os valores das passagens foram estimados com base nos valores atualmente praticados por empresas de transporte locais que realizam a rota Macapá – Laranjal do Jari – Macapá, considerando o preço médio cobrado para deslocamento de passageiros nesse trecho

XXII. APOIO DA COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Somente preencher caso necessitem de algum apoio)

Logístico (como exemplo, a divulgação e realização das inscrições, emissão de certificados, cadastro de diárias e passagens no SCDP ou outras demandas)	Apoio na divulgação do projeto, organização das inscrições dos participantes e emissão de certificados para os participantes e equipe envolvida nas atividades. Departamento de Extensão do Campus Laranjal do Jari.
Financeiro (especificar se existe necessidade de algum apoio financeiro, especificar qual o valor e a que se destina)	Apoio financeiro estimado em aproximadamente R\$ 5.000,00, destinado à aquisição de materiais que serão utilizados nas oficinas formativas e nas atividades educativas com os participantes. Além disso, será necessário o aluguel de uma embarcação tipo catraia, com capacidade para cerca de 10 pessoas, para possibilitar o deslocamento da equipe durante a realização das ações do projeto, garantindo que as atividades possam ocorrer de forma adequada e segura.
Materiais (disponibilização de algum material, como canetas, crachás, bloco...)	Para a realização das atividades do projeto, incluindo 50 camisetas institucionais, que auxiliarão na identificação e integração dos participantes e da equipe envolvida (público estimado de 20 participantes, além dos colaboradores). Também serão utilizados materiais simples de apoio às oficinas, como crachás, canetas, blocos de anotação e outros insumos

XXIII. DA APROVAÇÃO DO PROJETO E REALIZAÇÃO DO CURSO

A realização do curso estará condicionada à aprovação da Direção-Geral e do Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI) do Campus Laranjal do Jari. Após a aprovação institucional, o projeto poderá ser executado com apoio do IFAP ou por meio da captação de recursos em editais de fomento internos ou externos, bem como mediante parcerias institucionais, como a Secretaria Municipal de Turismo de Laranjal do Jari, quando necessário para viabilizar as atividades previstas.

Nome e Assinatura do Proponente

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DA ENTREVISTA

1. Nome (não obrigatório).
2. Em qual comunidade você mora?
3. Qual é a identidade de sua comunidade?
4. Que tipo de turismo você gostaria de ofertar na comunidade?
5. Qual é o tempo desejado de permanência do turista na comunidade?
6. Você acha que o processo de turismo na comunidade já foi iniciado?
7. Quando iniciou?
8. Caso sim, como ele vem ocorrendo?
9. Você gostaria ou aprova a implantação do turismo em sua comunidade?
10. Por quê?
11. Como você gostaria que o turista se comportasse ao chegar na comunidade?
12. O que o turista está proibido de fazer durante a permanência na comunidade?
13. Que tipo de turista você deseja receber?
14. Há um número máximo de turistas que gostaria de receber por vez, exceto nos períodos de festa?
15. Caso sim, qual seria o número ideal?
16. Você tem interesse em receber o turista em sua casa para dormir?
17. Caso sim, até quantas pessoas pode acomodar?
18. O que estaria incluso nesse serviço?
19. Qual valor você acredita ser justo para essa oferta de serviço?
20. Há algum acordo com o meio de transporte que traz o turista?
21. Caso sim, qual ou quais?
22. Sua família produz algo que poderia ser comercializado?
23. Caso sim, o quê?

24. Quem trabalha nessa produção?
25. Há alguma atividade desenvolvida no dia a dia da comunidade que você acredita que pode envolver o turista?
26. Caso sim ou talvez, qual(is)?
27. Você acha que já é necessária alguma formação para aprimorar as habilidades dessa atividade?
28. Caso sim, quais formações você gostaria?
29. Há alguma atividade que poderia ser desenvolvida pelos jovens de sua residência?
30. Caso sim, qual(is)?
31. Há algum lugar de incrível beleza natural no território da comunidade que você acha que outras pessoas gostariam de visitar?
32. Caso sim, qual(is)?
33. Quais cursos você gostaria que fossem ofertados na comunidade para contribuir com o turismo?
34. De 0 a 10, o quanto você sabe definir o preço a ser inserido em sua mercadoria ou serviço prestado?
35. De 0 a 10, o quanto você gostaria de fazer um curso que contribuísse com esse conhecimento?
36. De 0 a 10, o quanto você sabe receber o turista em sua casa?
37. De 0 a 10, o quanto você gostaria de fazer um curso que contribuísse com esse conhecimento?
38. Alguém na sua residência se comunica em francês ou tem conhecimento de línguas estrangeiras?
39. Caso sim, quais?
40. Alguém em sua residência sabe divulgar produtos e serviços pela internet?
41. Como faz isso?
42. Alguém em sua residência sabe a diferença entre custos fixos e custos variáveis?
43. Como faz esse cálculo?
44. Alguém em sua residência sabe calcular o custo do próprio trabalho?

45. Como faz esse cálculo?
46. Alguém em sua residência sabe calcular o faturamento mínimo para cobrir os custos fixos e encontrar o ponto de equilíbrio?
47. Quanto você imagina que deve ser o faturamento mínimo por turista que visita a comunidade?
48. Qual é o número mínimo e máximo de turistas por período para que o trabalho valha a pena?
49. Você sabe o que é fluxo de caixa e como calcular o valor necessário para a manutenção do negócio?
50. Sua comunidade está preparada para implantar o turismo?
51. Quais são as necessidades?
52. Como o turista entra em contato com a comunidade?
53. Quais são as atividades culturais realizadas pela comunidade e quando acontecem?
54. Quais atividades do cotidiano você gostaria de compartilhar com o turista?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE E PERMANÊNCIA LOCAL A PARTIR DA AGENDA 2030: contribuição científica para o mapeamento de indicadores social, econômico, cultural e ambiental de comunidades localizadas no território fluvial do Vale do Jari

Pesquisador: Nubia Caramello

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70113423.2.0000.0211

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.189.379

Apresentação do Projeto:

A presente proposta tem dois focos, promover a iniciação científica de todos os discentes envolvidos com foco especial para as meninas na ciência, e o segundo contribuir com o mapeamento de indicadores sociais, econômicos, ambientais e culturais propostos pela Agenda 2030, sendo adotado o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável as metas e seus respectivos indicadores ODS-2 "Fome Zero e Agricultura Sustentável"; ODS-4 "Educação de Qualidade"; ODS-5 "Igualdade de Gênero"; ODS-6 "Água Potável e Saneamento Básico"; ODS-10 "Redução das Desigualdades"; ODS-13 "Ação contra a mudança Global do Clima"; e ODS-17 "Parcerias e Meio de Implementação", contribuindo com o diagnóstico integrado das comunidades São Francisco do Iratapuru, São José, Santo Antônio da Cachoeira e Padaria, localizadas no território fluvial da bacia hidrográfica do Rio Jari, margem esquerda, pertencente ao estado do Amapá.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar diagnóstico integrado (social, econômico, cultural e ambiental) a partir da eleição de metas e indicadores (ODS-2, ODS-4, ODS-5, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17) da Agenda 2030, a serem analisados por seus representantes e alinhados com a Lei 9.433/97, com a finalidade de revelar a identidade local e subsidiar

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720
Bairro: BURITIZAL
UF: AP **Município:** MACAPÁ
Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

propostas de intervenção em prol do turismo, educação, cadeias produtivas, prestação de bens e serviços, uma cooperação em prol do desenvolvimento sustentável a partir do e permanência local das comunidades São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, São José e Padaria com as instituições de pesquisa e governamental no Vale do Jari.

Secundários:

- I. Identificar o uso e ocupação da terra dentro dos territórios fluviais (georreferenciando seus extremos de inundação), a dinâmica de suas cadeias produtivas, e o potencial do artesanato produzido por mulheres (ODS-2, ODS-4, ODS-5, ODS-10, ODS-11 e ODS-13);
- II. Mapear os atores representativos a compor a implantação de um diálogo fluvial descentralizado e participativo a partir das Leis 9.433/93 e 0686/2002 (ODS-17);
- III. Estudar a influência do exercício do direito à educação para o desenvolvimento sustentável nas comunidades, analisando como o Poder Público e as Políticas Públicas na prática asseguram o direito à educação para sustentabilidade nas Comunidade envolvidas, e os anseios por cursos profissionais para atender as necessidades da comunidade (ODS-4, ODS-5, ODS-10, ODS-11 e ODS-17);
- IV. Mapear as ações desenvolvidas em prol da gestão de resíduos sólidos e do acesso à água potável em comunidades integrantes de territórios fluviais e os atores envolvidos (ODS-4, ODS-5, ODS-6, e ODS-13);
- V. Analisar as possibilidades de oferta de bens e serviços ao turismo sustentável proposto a partir do interesse da comunidade e as formações necessárias para potencializar as ações das mesmas (ODS-2, ODS-4, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17);
- VI. Identificar os valores culturais festivos (religiosos e culturais) que a comunidade quer divulgar e elaborar um guia contendo as informações mais relevantes sobre as festas tradicionais, como patrimônio cultural a ser divulgado e guardado para as próximas gerações (ODS-4, ODS-10, ODS-11 e ODS-17);
- VII. Realizar uma oficina de análise da qualidade e tipo de tratamento alternativo de água para consumo humano, e da confecção de um o filtro caseiro portátil (ODS-4, ODS-6 e ODS-11);
- VIII. Levantamento de indicadores da Agenda 2030, e a correlação com os indicadores de

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

sustentabilidade perceptivo a partir da metodologia de análise Pressão - Estado – Impacto – Resposta, identificando desafios e possibilidades na esfera econômica, social, cultural e ambiental, e a corresponsabilidade de seus atores hidrográficos (ODS-2, ODS-4, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17);

IX. Promover a formação científica de todos os discentes envolvidos garantindo equidade participativa de gênero, paralelo ao processo de mapeamento, obtenção de dados e análise, implicando a qualidade interpretativa (ODS-4, ODS-5, ODS-17).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a proposta, os riscos da aplicação dessa pesquisa serão mínimos e, poderá trazer desconforto em razão do tempo que deverá ser disponibilizado por os entrevistados para a aplicação do questionário (moradores) e entrevista (representantes e moradores mais antigos). Porém, poderão pular alguma questão que não desejar responder, e até mesmo cancelar a participação a qualquer momento sem danos algum. Há por parte dos pesquisadores o compromisso em manter a integridade física, intelectual e emocional dos participantes. E de acordo com os mesmos esperam que o estudo possa contribuir para compreender a

identidade fluvial da comunidade e seu potencial ambiental, econômico, social, educacional e cultural, sendo compromisso dos pesquisadores envolvidos após os dados analisados retornar em cada comunidade e apresentar os dados dialogando possíveis intervenções e seus atores responsáveis.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a obtenção de informações que poderão promover a iniciação científica de todos os discentes envolvidos com foco especial para as meninas na ciência, e contribuir com o mapeamento de indicadores sociais, econômicos, ambientais e culturais propostos pela Agenda 2030, bem como contribuir com o diagnóstico integrado das localizadas no território fluvial da bacia hidrográfica do Rio Jari, margem esquerda, no estado do Amapá.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram postados e condizem com o que é necessário (TCLE+comunidade, Declaração docente convidados, Declaração discente na equipe da pesquisa e a Carta de anuência da SEMMATUR/comunidades.

Recomendações:

O projeto está bem elaborado e pode ser implementado.

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP

Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

**UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP**



Continuação do Parecer: 6.189.379

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2150594.pdf	01/06/2023 01:31:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompletocomunidadeemterritoriofluviais2023.pdf	01/06/2023 01:31:00	Nubia Caramello	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	01/06/2023 01:22:29	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de concordância	CartaanuenciaSEMMATURcomunidades.pdf	01/06/2023 01:14:23	Nubia Caramello	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	01/06/2023 01:13:16	Nubia Caramello	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Comunidade.pdf	01/06/2023 01:10:53	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodosdocentesconvidadosinterno.pdf	01/06/2023 01:10:42	Nubia Caramello	Aceito
Outros	QuestionarioeRoteiroEntrevistall.pdf	01/06/2023 01:08:49	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodiscentesequipepesquisa.pdf	01/06/2023 01:05:49	Nubia Caramello	Aceito
Outros	Questionariopreoficinaqualidadehidricaefiltroalternativo.pdf	31/05/2023 21:19:29	Nubia Caramello	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/05/2023 21:13:24	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodoscoordenadores.pdf	31/05/2023 20:43:05	Nubia Caramello	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

MACAPA, 18 de Julho de 2023

Assinado por:
ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720
Bairro: BURITIZAL
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br